



CÉLIO AZEVEDO

Preocupação com destino da Varig reuniu em audiência pública senadores de diversas comissões da Casa e funcionários da empresa

Senadores voltam a analisar situação da Varig

Quatro comissões do Senado se reuniram na semana passada para discutir a crise da Varig. Além dos senadores, participaram empregados e executivos da empresa.

Agora, devem participar a ministra Dilma Rousseff, o presidente do BNDES, Demian Fiocca, e o juiz Luiz Roberto Ayoub, responsável pelo caso no Tribunal de Justiça do Rio.

PÁGINAS 8 E 9

CPI dos Bingos tem semana de decisão

Com ou sem acordo, o presidente e o relator da CPI, Efraim Moraes e Garibaldi Alves, decidiram colocar em votação nesta semana todos os requerimentos pendentes. Nas últimas semanas, o baixo quórum impediu as votações.

PÁGINA 10

Comissão apura sumiço de brasileira

A CPI da Emigração Ilegal ouviu Tânia Maria Vicentini, mãe de Carla, brasileira que desapareceu nos Estados Unidos em fevereiro. A comissão também aprovou acareação entre as duas pessoas que a teriam visto antes do desaparecimento.

PÁGINA 7

cidadania

Carinho e atenção salvam os prematuros

Os bebês nascidos antes do tempo são frágeis e podem necessitar de cuidados como aquecimento e auxílio para respirar.

PÁGINA 16

Jornal especial conta 180 anos de história

PÁGINA 15

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

Após a IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, Câmara pode votar minirreforma tributária já aprovada pelo Senado, enquanto a CCJ debate emendas à PEC que cria o Fundeb

Prefeituras podem receber mais dinheiro

PÁGINAS 4 A 6

EMPREGO DOMÉSTICO



ANA VOLPE

A doméstica Jovina Santana em seu local de trabalho diário, em Brasília (DF)

MP estimula formalização e Senado debate mais direitos

Um empurrão oficial para formalizar o emprego doméstico, um mercado em que mais de 65% não têm carteira assinada. Foi com esse objetivo que o governo editou a Medida Provisória 284, que deve ser votada na Câmara esta semana

e depois submetida ao Senado. A MP autoriza o empregador a abater do Imposto de Renda Pessoa Física os 12% recolhidos à Previdência Social. Projetos dos senadores Paulo Paim e Marcelo Crivella também propõem incentivos à contratação.

PÁGINA 3

gendagendaendagenagendaendagendaendagen

Auto-suficiência em petróleo terá sessão

O Plenário do Senado será palco nesta quarta-feira de uma sessão dedicada a pronunciamentos sobre a auto-suficiência do Brasil em petróleo, anunciada pelo governo e questionada pela oposição. A reserva da hora do expediente (entre 14h e 16h) para comemorar a auto-suficiência foi pedida pela líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), mas críticos da propaganda governamental, como o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), também estão inscritos para falar.

O anúncio da auto-suficiência foi feito no último dia 21 pelo presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, e marcou o início das operações da plataforma P-50, instalada no campo de Albacora Leste, da Bacia de Campos, litoral norte do estado do Rio. A P-50 é a maior plataforma brasileira, capaz de produzir mais de 180 mil barris de petróleo por dia. No mês passado, a Petrobras produziu 1,75 milhão de barris de petróleo por dia.

Do ponto de vista da estatal, para ser auto-suficiente, o país tem de produzir petróleo em seus campos em volume igual ou superior ao consumo e à capacidade de refino. Atualmente, a demanda nacional pelo produto é de 1,8 milhão de barris diários

– equivalente à capacidade do parque nacional de refino. Com a entrada em funcionamento da nova plataforma, a produção deverá atingir aproximadamente 1,9 milhão de barris.

Até as 17h45 de sexta-feira já estavam inscritos também para se pronunciar na sessão comemorativa os senadores Luiz Otávio (PMDB-PA), Alvaro Dias (PSDB-PR), Serys Slhessarenko (PT-MT), Edison Lobão (PFL-MA), Tião Viana (PT-AC), João Alberto Souza (PMDB-MA), Romeu Tuma (PFL-SP), Roberto Saturnino (PT-RJ), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Sibá Machado (PT-AC).

Faltosos poderão ser afastados da CMO

A cobrança da presença dos membros da Comissão Mista de Orçamento nas reuniões do colegiado será mais rigorosa a partir de agora. No caso de ausência a três reuniões consecutivas ou seis alternadas, o parlamentar terá sua substituição solicitada ao líder do respectivo partido. A informação foi prestada pelo presidente da CMO, deputado Gilmar Machado (PT-MG).

Já prevista no regimento da comissão, a decisão faz parte de um conjunto de medidas a serem adotadas para garantir quórum às reuniões e acelerar a tramitação das matérias. O objetivo é evitar que se repita o que aconteceu durante a apreciação da proposta orçamentária deste ano, concluída com quatro meses de atraso. Impasses por conta de divergências sobre destinação de verbas motivaram esvaziamento da comissão.

Orçamento é enviado à sanção presidencial

Aprovada pelo Congresso há duas semanas, a proposta orçamentária para 2006 foi remetida à sanção na última quarta-feira. A partir de então, começou a correr o prazo de 15 dias úteis para a manifestação do presidente da República. Como autoriza a Constituição, o chefe do Executivo pode impor vetos a partes do texto, que devem depois ser examinados pelo Congresso.

Segundo o presidente da CMO, Gilmar Machado, a demora no encaminhamento ao Planalto foi provocada pela necessidade de conferência minuciosa do texto, em decorrência das alterações de última hora no Congresso. O projeto foi votado com quatro meses de atraso e, como lembrou Machado, chega ao Executivo faltando apenas um mês para encerramento do prazo para empenho de verbas de investimentos.

Presidência



O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo na Casa, lançou na noite de quarta-feira, no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília, o livro *Brasil: Primeiro Tempo*. Estiveram no evento o presidente da República, ministros e parlamentares, entre eles o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Ellen Gracie assume Presidência do STF

Ao participar da solenidade de posse da ministra Ellen Gracie na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente do Senado, Renan Calheiros, enfatizou o “momento histórico” por que passa o Brasil, com a presença de uma mulher no mais alto posto de um Poder.

– É um momento histórico. Estamos tendo a honra, a satisfação e o orgulho de ter uma mulher presidindo o STF.

Grandes nomes em galeria na Câmara

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, e o vice-presidente da República, José de Alencar, inauguraram a galeria Construtores do Brasil, em homenagem a 25 personalidades da história. A galeria está instalada na Presidência da Câmara.

Incentivo fiscal ao cinema brasileiro

O senador Renan Calheiros se comprometeu, tão logo a pauta esteja desobstruída, a colocar em votação projeto que prorroga até 2016 os incentivos fiscais à produção cinematográfica brasileira. Ele recebeu uma comitiva de diretores e produtores de cinema.

APOIO - O Senado está aberto para realizar convênios com as assembleias legislativas do país, anunciou quarta-feira o senador Renan Calheiros, ao receber o deputado Rodrigo Garcia (PFL), presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, que também comanda o Conselho de Presidentes de Assembleias Legislativas Estaduais.

Comissões

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Indicações – Os senadores sabatinam os indicados do Executivo para as diretorias da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Maria Helena Fernandes Santana, e da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), Francisco José Rabelo do Amaral.

Empréstimos – Na segunda parte da reunião, autorização para que o Tocantins tome empréstimo de até US\$ 106,25 milhões do banco italiano Capitalia Gruppo Bancário.

ticipação do juiz Luiz Roberto Ayoub, do procurador Antonio Carlos Avelar Bastos e do presidente do BNDES, Demian Fiocca, entre outros.

10h30 – CPI DOS BINGOS

Crime organizado – Vai ouvir o ex-secretário nacional antidrogas Walter Maierovitch e o ex-secretário da Receita Federal Osiris Lopes Filho.

11h – EDUCAÇÃO

Cotas – Projeto define percentuais de vagas semigratuitas em cursos de graduação das entidades de ensino superior privadas (PLS 01/04). **Autor:** senador Paulo Paim (PT-RS). **Relator:** senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

QUARTA-FEIRA

9h30 – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Fundeb – Delibera sobre emendas apresentadas ao projeto de criação do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação. O texto básico foi

aprovado na última semana. **Autor:** Executivo. **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE).

11h – CPI DOS BINGOS

Bingos – Está marcado o depoimento do presidente da Federação Brasileira dos Bingos Carlos, Eduardo Canto.

11h30 – AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Dívidas rurais – Estão em discussão duas propostas que tratam do alongamento e da repactuação das dívidas de produtores rurais (PLS 259/04 e PLS 200/02).

14h30 – COMISSÃO MISTA DO ORÇAMENTO

PPA – Discussão da revisão do Plano Plurianual 2004-2007 (PPA), que deve ser adequado ao projeto de Orçamento definido pelo Congresso para 2006.

QUINTA-FEIRA

9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

Domésticos – Em discussão, proposta que concede aos empregados domésticos o direito de receber o seguro-desemprego.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

Feriado do Dia Mundial do Trabalho

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Socorro a agricultores – A primeira medida provisória que tranca a pauta libera R\$ 80 milhões para o Ministério da Integração Nacional (MP 278/06). A verba é para socorrer os agricultores prejudicados pela seca, nas regiões Sul e Norte, e por chuvas excessivas.

Obras para baixa renda - Projeto de conversão da MP 279/06, que libera R\$ 890 milhões para o Ministério das Cidades, destinados à execução de obras emergenciais de urbanização em assentamentos precários e carentes de infra-estrutura.

Imposto de Renda - Outra proposição que obstrui a votação é o projeto de conversão da MP 280/05, que reajusta em 8% a tabela do IRPF, aumentando a faixa de isenção aos que recebem até R\$ 1.257,12 ao mês. Amplia também o prazo para que as empresas devedoras da Receita e do INSS se inscrevam no Refis.

QUARTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Petróleo - A hora do expediente, reservada aos discursos, vai celebrar a auto-suficiência brasileira na produção de petróleo, alcançada pela Petrobras na semana passada.

Agenda em aberto - Como a pauta está bloqueada, a definição da agenda depende do resultado da sessão anterior. Se não forem votadas nesta terça-feira, as MPs continuam na pauta das sessões seguintes.

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto - A definição da agenda depende do resultado da sessão anterior. Caso as MPs sejam votadas, os senadores podem discutir a proposta que exclui da regra da inelegibilidade quem substituiu chefes do Executivo, desde que não permaneçam mais de 15 dias no cargo (PEC 30/02).

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa



10h – INFRA-ESTRUTURA, ASSUNTOS SOCIAIS, ASSUNTOS ECONÔMICOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Varig – A crise da companhia aérea vai ser tema de audiência novamente. Está prevista a par-

TRABALHO Câmara deve votar esta semana MP que permite ao empregador deduzir do IR os 12% recolhidos ao INSS

Incentivo ao emprego doméstico formal



Um empurrão oficial para formalizar o emprego doméstico em um mercado de trabalho onde mais de 65% não têm carteira assinada, pelas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgadas na semana passada. Foi com esse objetivo que o governo editou a Medida Provisória 284, que deve ser votada na Câmara esta semana e depois ser submetida ao Senado. O relatório da deputada Sandra Rosado (PSB-RN) só deve ser concluído nesta terça-feira.

Publicada no dia 7 de março, a MP autoriza a abater do Imposto de Renda Pessoa Física os 12% recolhidos à Previdência Social a partir de abril deste ano, na con-

dição de empregador. O benefício é limitado a apenas um salário mínimo e a um trabalhador por declaração feita no modelo completo. “Vamos atingir de maneira mais imediata o contribuinte que ganha entre R\$ 2,5 mil a R\$ 5 mil mensais, camadas médias que em geral empregam uma trabalhadora doméstica”, explicou à imprensa a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Pelos cálculos do Ministério da Previdência Social, a medida será capaz de formalizar quase 1,2 milhão de trabalhadores domésticos dos 4,8 milhões que atuam na informalidade, em um universo de 6,5 milhões. A MP prevê a duração do benefício até 2012, um dos pontos que a relatora pretende mudar, tor-

nando o incentivo permanente. Há, ainda, outras mudanças em estudo, entre as 103 emendas apresentadas. Muitas delas, segundo Sandra Rosado, propõem ampliar a dedução para dois trabalhadores por declaração. Mas essa alteração, acrescentou, ainda não está decidida.

A MP divide as opiniões de entidades feministas que lutam pelos direitos trabalhistas dos empregados domésticos, mercado onde as mulheres ocupam 94,3% dos postos gerados por esses serviços, que vão de mensalistas e diaristas a jardineiros e damas de companhia.

A socióloga Silvia Camurça, da Articulação de Mulheres Brasileiras, defende medidas que assegurem aos domésticos os mesmos direitos dos demais

trabalhadores, como tornar o FGTS e o seguro-desemprego obrigatórios – atualmente são opcionais.

– Qualquer iniciativa de lei tem que caminhar na direção da CLT, garantindo os mesmos direitos – assinala Camurça. Opinião semelhante também expressa outra entidade de mulheres, a Criola, fundada para combater o racismo e melhorar as condições de vida da população negra no país. Sua coordenadora, Jurema Werneck, classifica a MP como “conservadora”, por beneficiar mais as classes de maior renda, os empregadores, do que os trabalhadores domésticos.

Mas a Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos, presidida por Creuza Maria Oliveira, considera que a MP é



ELTON BONFIM/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sandra Rosado deve alterar a MP para, entre outros itens, tornar o benefício permanente

uma iniciativa importante para a formalização desses empregos, que vem sendo discutida desde 2003 no bojo da formulação de políticas públicas para as mulheres (*ver matéria abaixo*).

Senadores propõem mais proteção à categoria

Dois projetos incluídos na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) desta semana pretendem induzir à formalização do trabalhador doméstico por um estímulo fiscal um pouco diferente do oferecido pela MP 284. Tanto a proposta de Paulo Paim (PT-RS) quanto a de Marcelo Crivella (PRB-RJ) – PLS 177/03 e 149/05, respectivamente – possibilitam que encargos trabalhistas e previdenciários com empregados domésticos sejam abatidos da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física. A MP prevê a dedução direta no imposto devido.

Com parecer favorável de Sérgio Cabral (PMDB-RJ), o projeto de Paim estabelece que o abatimento possa ser de até dois salários mínimos por empregado, limitado a dois empregados, desde que haja o registro em carteira de trabalho. O de Crivella, considerado prejudicado pelo relator, fixa limites semelhantes ao da MP 284, estipulando o teto de um salário mínimo a apenas um empregado.

As duas iniciativas estão incluídas entre os 46 projetos em tramitação no Congresso que tratam do emprego doméstico, conforme levantamento do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFemea), uma das entidades que acompanham proposições legislativas sobre direitos trabalhistas dessa categoria. Conforme nota técnica da CFemea, as domésticas não usufruem horas ex-



ROSEWELT PINHEIRO

Patrícia tem parecer favorável a projeto da Câmara que tramita na CAS

tras, adicional noturno, salário-família, salário-educação, auxílio-creche, seguro contra acidente de trabalho, jornada semanal de trabalho e outros seis direitos garantidos aos demais trabalhadores.

Na semana em que se comemora o Dia do Trabalho, outro projeto que beneficia o empregado doméstico está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta, que teve origem na Câmara e recebeu parecer favorável de Patrícia Saboya (PSB-CE), estabelece que o seguro-desemprego deixará de ser opcional, sendo concedido ao empregado doméstico que tiver trabalhado, no mínimo, 15 meses no período de dois anos a contar da data de dispensa sem justa causa.

Sindicalista lembra condições desumanas vividas pela maioria

Aos 47 anos, dos quais mais de 20 dedicados ao movimento sindical dos trabalhadores domésticos, a baiana Creuza Maria Oliveira sintetiza, na sua trajetória profissional, a história de milhões de brasileiras que têm seu ganha-pão nas casas de famílias com maior renda.

Negra e pobre, começou a trabalhar aos dez anos, como meio milhão de crianças e adolescentes no país que hoje são empregados domésticos, pelos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Só conseguiu se alfabetizar aos 16 anos (atualmente cursa o ensino médio) e até os 35 anos amargou experiências que retratam as condições que muitos desses trabalhadores enfrentam no seu dia-a-dia.

Creuza lembra que comeu sobras da geladeira porque não tinha direito a saborear o que era servido aos patrões, submeteu-se a jornadas superiores a 12 horas e a exigências humilhantes, como só se alimentar depois de encerrar os quatro quartos em uma das casas em que trabalhou. “Senti

na pele os resquícios da escravidão”, conta a líder sindical, que há quatro anos preside a Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos.

Empenhada em melhorar os direitos da sua categoria, que, como costuma listar, possui 13 a menos do que os outros trabalhadores, Creuza considera a MP 284 iniciativa importante para induzir a formalização do emprego doméstico. “O efeito dela só poderemos avaliar



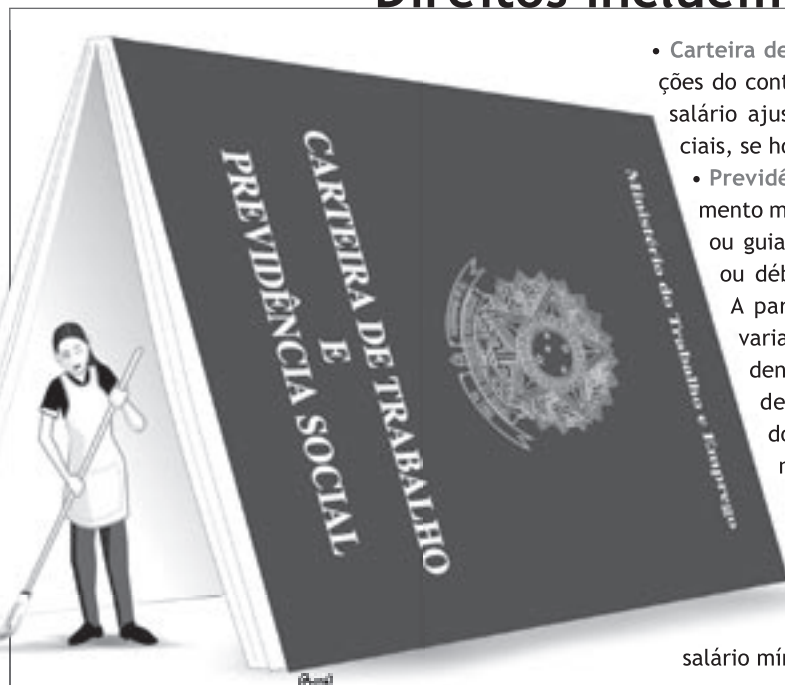
JOSÉ CRUZ

Creuza Oliveira, líder dos empregados domésticos: “Senti na pele os resquícios da escravidão”, afirma

em 2007, após um ano de vigência”, pondera.

A sindicalista, que sonha estudar Direito, defende principalmente a obrigatoriedade do FGTS e do seguro-desemprego.

Direitos incluem auxílio-doença e aviso prévio



- Carteira de trabalho com as condições do contrato (data de admissão, salário ajustado e condições especiais, se houver).
- Previdência Social com recolhimento mensal por meio de carnê, ou guia obtida no site do INSS, ou débito em conta corrente. A parte do empregado pode variar de 7,65% a 11%, dependendo do salário, e deve ser descontada mensalmente do salário. A parte patronal corresponde a 12% do salário do empregado, incidindo também sobre férias e 13º salário.
- Remuneração mensal nunca inferior a um salário mínimo.

- Irredutibilidade do salário, ou seja, não é permitida redução salarial.
- 13º salário e vale-transporte.
- Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- Férias de 30 dias remuneradas, com acréscimo de 1/3 do salário normal, após cada período de 12 meses de serviço. O empregado pode requerer a conversão de 1/3 do valor das férias em abono pecuniário (pagamento em dinheiro).
- Férias proporcionais no término do contrato de trabalho, para período inferior a um ano.
- Licença-maternidade com duração de 120 dias, pago pelo INSS em valor correspondente ao último salário de contribuição. Também tem direito a seguradora que adotar ou obtiver a

- guarda judicial para fins de adoção, nos seguintes termos: criança até 1 ano (120 dias); de 1 a 4 anos (60 dias); e de 4 a 8 anos (30 dias).
- Licença-paternidade, por período de cinco dias corridos, contados a partir da data de nascimento do filho.
- Auxílio-doença a ser pago pelo INSS a partir do primeiro dia de afastamento.
- Aviso prévio de 30 dias. No caso de dispensa imediata, o empregador deverá efetuar o pagamento relativo aos 30 dias do aviso, computando-o como tempo de serviço para efeito de férias e 13º salário.
- Aposentadoria, respeitado o período de carência pelo INSS - por exemplo, mínimo de 12 meses de contribuição para os casos de invalidez.

MUNICÍPIOS Na IX Marcha a Brasília, presidente do Senado diz que contrapartidas não compensam obrigações

Renan assume defesa dos municípios



Ao discursar na abertura da IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, semana passada,

o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que os municípios brasileiros têm muitas obrigações, porém não recebem a necessária contrapartida. Para ele, tanto a Constituição de 1988 quanto a legislação posterior outorgaram muitas responsabilidades aos municípios, que não têm condições de sustentá-las.

– O Brasil é o único país do mundo em que os municípios são entes federados e nem por isso, no entanto, foram contemplados com as contrapartidas necessárias às enormes obrigações a eles outorgadas pela Constituição de 1988 e normas posteriores. Muitas obrigações e poucas contrapartidas causaram um efeito catastrófico. A imensa maioria dos municípios brasileiros está em situação financeira caótica – disse Renan.

A marcha, promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), é o principal evento municipalista do país. Neste

ano, com o tema “Municípios unidos reconstruindo um pacto federativo solidário”, reuniu em um hotel de Brasília perto de 3 mil prefeitos, entre terça-feira e quinta-feira passadas.

Além de Renan, participaram da abertura do evento o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e sete ministros, inclusive o das Relações Institucionais, Tarso Genro, que representou o presidente Lula.

Em seu discurso, Renan anunciou que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) – que favorece os municípios e foi uma das bandeiras dos prefeitos em Brasília – está avançando no Senado [veja matéria na página 6]. Já Aldo Rebelo assumiu o compromisso de colocar em votação a chamada minirreforma tributária. Já aprovada pelo Senado, ela inclui um aumento nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo ele, isso só depende da apreciação de medidas provisórias que trancam a pauta da Câmara.

Os prefeitos também apro-



Marcha a Brasília reuniu 3 mil prefeitos, que ouviram promessas de apoio às suas reivindicações

veitaram o evento para ir ao Congresso para reuniões com parlamentares. Renan Calheiros, por exemplo, recebeu na noite de terça-feira parlamentares e prefeitos do seu estado, Alagoas.

– O que o Senado pôde fazer pelos municípios fez. Criamos a Subcomissão de Assuntos Municipais [vinculada à Comissão

de Assuntos Econômicos]. Na grade da TV Senado foi criado um programa para discutir as questões dos municípios. Além disso, conseguimos incluir no texto de uma medida provisória a negociação da dívida dos municípios com a Previdência Social – salientou Renan.



Renan discursou na abertura do encontro: Senado tem contribuído

Os outros R\$ 300 milhões serão oferecidos pelo BNDES para comprar ambulâncias e máquinas para consertar estradas. O limite dos financiamentos será de R\$ 1,25 milhão para prefeituras de municípios com até 50 mil habitantes e de R\$ 3 milhões para as maiores.

O que os prefeitos querem

Reivindicações dos prefeitos durante a IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

▶ Aprovação do texto da minirreforma tributária, incluindo o aumento de 22,5% para 23,5% nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

▶ Aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional 29/00, que fixa a participação da União no financiamento da saúde em 10% de sua receita corrente líquida.

NO SENADO

▶ Aprovação do projeto de resolução do Senado (PRS 57/03) que permite o repasse da cobrança da dívida ativa para as instituições financeiras.

▶ Aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que limita o gasto dos municípios com precatórios em 1,5% da despesa líquida primária.

▶ Aprimoramento do texto da PEC do Fundeb, de forma a evitar prejuízos financeiros temidos pelos municípios.

Fonte: CNM

Governo libera quase R\$ 2 bi para prefeituras

Na véspera da IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, o governo federal anunciou um pacote de benesses de R\$ 1,95 bilhão, que agradou bastante aos prefeitos.

As medidas incluíram o aumento do repasse para despesas com merenda escolar, o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para compra de equipamentos e a elevação das contribuições da União ao Fundo de Participação dos Muni-

cípios (FPM). O reajuste nas transferências ao FPM soma R\$ 1,4 bilhão, mas ainda depende da aprovação de uma minirreforma tributária no Congresso [veja reportagem na página ao lado].

Dos R\$ 550 milhões restantes, R\$ 250 milhões subsidiarão a merenda. O repasse do governo federal passará de R\$ 0,18 para R\$ 0,22 por criança. A medida será oficializada por meio de decreto e passará a valer imediatamente após a publicação.

Há oito anos, tropa de choque recebeu prefeitos

A I Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios ocorreu em 1998. Os prefeitos defenderam propostas como a renegociação das dívidas municipais; a elevação do percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); a municipalização dos recursos do Imposto sobre Propriedade de Veículos Auto-

motores (IPVA); e a ampliação do prazo de pagamento dos precatórios (títulos emitidos por entes públicos como pagamento de dívidas judiciais). Mas foram recebidos pela tropa de choque da Polícia Militar ao tentar uma audiência no Planalto, como recorda o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Um ano depois, a segunda marcha reuniu 1.500 prefeitos. A mobilização provocou alteração nas regras do Fundo de Estabilização Fiscal, gerando aumento de cerca de 10% no FPM. Na IX marcha, o tema “Municípios unidos reconstruindo um pacto federativo solidário” sintetizou as novas reivindicações.

Projeto pode elevar investimentos em saúde

Uma das principais demandas dos prefeitos em sua visita a Brasília na semana passada foi a regulamentação da Emenda Constitucional 29/00, que altera o parágrafo 3º do artigo 198 da Constituição federal e fixa a participação da União no financiamento da saúde em 10% de sua receita corrente líquida.

Projeto de lei complementar (PLP 1/03) do deputado Roberto Gouveia (PT-SP), que prevê a medida, aguarda liberação da pauta de votações no Plenário da Câmara.

Estima-se que a regulamentação da emenda possa representar cerca de R\$ 15 bilhões a mais por ano no orçamento federal da saúde. Desse total, uma parcela de pelo menos 15% teria de ser destinada aos municípios, de acordo com sua população.

– Com a regulamentação da Emenda 29, seria facilitado o trabalho de conseguirmos, por exemplo, o reajuste do valor transferido aos municípios a título de programas como o Piso de Atenção Básica, do Programa Saúde da Família

ou do Programa de Agentes Comunitários de Saúde – disse o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

Segundo Ziulkoski, além de maior disponibilidade de recursos para a saúde, o projeto poderia reduzir a ação de promotores públicos sobre os gestores municipais para o atendimento de demandas que não são de sua responsabilidade, mas que, por não serem atendidas pela União e pelos estados, acabam sendo cobradas dos municípios.

Municípios em números

- ➔ O Brasil tem **5.562** municípios (¹)
- ➔ **91%** dos municípios têm até **50 mil** habitantes
- ➔ **50** municípios apenas têm mais de **350 mil** habitantes, dos quais **13** abrigam mais de **1 milhão** de pessoas
- ➔ **54%** da população brasileira vive em municípios com até **150 mil** habitantes
- ➔ **27** capitais concentram **24%** da população, em **1,2%** do território nacional
- ➔ A arrecadação com o Fundo de Participação dos Municípios foi de **R\$ 26,7 bilhões** em 2005



(¹) Em 2005.

Fontes: CNM, IBGE e Secretaria do Tesouro Nacional

MUNICÍPIOS Na Câmara, pauta trancada por MPs é obstáculo à apreciação de projeto de interesse dos prefeitos

Senadores apóiam pleitos da frente municipalista

Além do presidente do Senado, Renan Calheiros, que discursou na abertura da IX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, vários outros senadores manifestaram apoio aos pleitos municipalistas.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) fez um apelo aos deputados federais para que votem logo o projeto de minirreforma tributária, já aprovado pelo Senado e que tramita na Câmara desde 2004.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), propôs em Plenário a obstrução de votações da Câmara pelo seu partido como forma de pressionar o governo a aprovar o projeto de reforma tributária.

Já o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou que "a viagem de volta dos prefeitos e prefeitas será triste", porque não tiveram suas reivindicações atendidas pelo governo federal.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que as propostas encabeçadas pela Confederação Nacional dos Mu-

nicipios vão além do aumento de um ponto percentual na parcela da arrecadação federal que compõe o Fundo de Participação dos Municípios, previsto na minirreforma. Disse que há propostas "mais qualificadas", que delineiam um novo modelo de pacto federativo e um novo ordenamento econômico, fiscal, tributário e orçamentário.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu que o pacto federativo seja respeitado de forma que estados e municípios tenham dinheiro suficiente para cumprir suas responsabilidades.

Em discurso no Plenário, a senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, lembrou reivindicações dos prefeitos que foram atendidas pelo presidente Lula, como o reajuste do valor da merenda escolar por aluno, que passa de R\$ 0,18 para R\$ 0,22, e a abertura de uma linha de crédito no BNDES para compra de equipamentos, que ela chamou de "kit máquina" (veja reportagem na página ao lado).

Reivindicação dos prefeitos, Fundeb está perto de virar lei

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), uma das principais reivindicações dos prefeitos que participaram da IX Marcha a Brasília, deu mais um passo no Senado.

O substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) à proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que institui o Fundeb foi aprovado, na quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Como se trata de proposta de emenda à Constituição, a matéria ainda passará por dois turnos de votação em Plenário [veja reportagem na página 6]. A PEC foi aprovada na Câmara dos Deputados em janeiro deste ano.

Um dos objetivos da proposta é aumentar a participação da União no fundo de recursos destinados à educação, que atualmente é praticamente mantido

pelos estados e municípios. Pelo substitutivo aprovado, o governo federal complementarará o fundo com R\$ 2 bilhões no primeiro ano, R\$ 4,5 bilhões no segundo ano e, do terceiro em diante, com 10% da soma de receitas do fundo, referentes ao ano anterior.

O Fundeb terá vigência de 14 anos e será composto com 20% da receita do FPE e FPM, da transferência da União aos estados e municípios por força da Lei Kandir, e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre outros impostos.

O fundo vem substituir o atual Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Uma das principais diferenças entre eles é que o Fundef atende apenas alunos do ensino fundamental, enquanto o Fundeb será estendido ao ensino infantil - incluindo as creches - e ao ensino médio.

Minirreforma tributária deve ser votada terça



A discussão sobre a minirreforma tributária (PEC 285/04) deve mobilizar as bancadas partidárias da Câmara nesta terça-feira, quando os deputados terão também de liberar a pauta do Plenário, trancada por quatro medidas provisórias (MPs) e um projeto de lei. A discussão deveria ter ocorrido em sessão extraordinária na quinta-feira passada, mas a oposição entrou em obstrução e o quórum de deputados necessário à continuidade dos trabalhos não foi atingido.

O projeto original da reforma tributária foi aprovado pelo Senado em dezembro de 2003. Desde janeiro de 2004, aguarda votação pela Câmara. A dificuldade da votação está na falta de consenso em torno de diversos

pontos da proposta. Por isso, temas menos polêmicos, como o aumento dos repasses para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), foram retirados do pacote completo e colocados para exame sob a alcinha de minirreforma tributária. Pela proposta, os repasses do FPM ganharam um ponto percentual, passando de 22,5% para 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Na sessão de quinta-feira, os líderes partidários haviam feito um acordo para votar as MPs e permitir a liberação da pauta. O PSDB, no entanto, declarou-se em obstrução. E líderes da oposição desafiaram a base do governo a obter quórum para a votação. Apenas 220 dos 257 deputados necessários registraram voto. As divergências das lideranças sobre

a minirreforma giram em torno das novas regras para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o aumento de um ponto percentual do repasse para o FPM.

Para o líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), a nova proposta de minirreforma apresentada na quarta-feira pelo relator da PEC, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), é mais vantajosa para os municípios e para os estados. Segundo ele, o relator tornou o aumento do FPM retroativo a janeiro deste ano, enquanto pelo texto original valeria apenas a partir da promulgação da futura emenda. Quanto aos estados, Chinaglia disse que, após a unificação das alíquotas do ICMS, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) também terá mais um ponto percentual de repasse.

Investir ou economizar é o dilema

O grande dilema de qualquer governo é conseguir investir em melhorias para a população sem desequilibrar as contas públicas. Aí se enquadram também, é claro, os prefeitos à frente dos 5.562 municípios brasileiros. A grande novidade é que essa discrepância começou a ser medida no país pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM). A entidade fez isso por meio de um índice de desempenho que leva em conta indicadores fiscais, sociais e de gestão do município.

Com base em dados de 2004, o resultado foi que, dos cem municípios com melhor desempenho fiscal, 57% ficaram abaixo da média nacional nas áreas de saúde e educação. Já entre os que se destacaram no social, 53% exibiram uma situação financeira apertada.

A CNM constatou o paradoxo por meio do Índice de Responsabilidade Fiscal, de Gestão e Social (IRFGS), composto por uma média de diversos indicadores municipais. No quesito fiscal, foi medido o grau de endividamento da cidade, o volume de caixa

Município	IRFGS Total	Ranking Fiscal	Ranking Gestão	Ranking Social
1 São José do Hortêncio (RS)	0.691	4	68	1.685
2 Poços de Caldas (MG)	0.655	1	734	3.691
3 Rio das Ostras (RJ)	0.654	6	46	3.883
4 Mariana Pimentel (RS)	0.640	94	64	120
5 Cerquilha (SP)	0.640	41	193	163
6 Aratiba (RS)	0.639	17	33	3.420
7 Tupandi (RS)	0.633	93	32	920
8 Orlandia (SP)	0.632	49	317	138
9 São Sebastião do Oeste (MG)	0.632	3	2702	1.387
10 Dois Irmãos do Tocantins (TO)	0.629	7	160	3.983

Fonte: CNM

para pagar as contas e os gastos com pessoal. No indicador de gestão, foram levados em conta o custo do Legislativo local, o custeio da máquina administrativa e o esforço de investimento. O quesito social avaliou os gastos com saúde e educação e os resultados obtidos nessas áreas. Há um ranking para cada um desses três quesitos e um ranking geral. Os indicadores foram convertidos para uma escala de zero (pior) a 1 (melhor).

Campeão nacional vem do Rio Grande do Sul

O campeão brasileiro de responsabilidade fiscal e social foi o município gaúcho de São José do Hortêncio, de 3.800

habitantes. A prefeitura não tem dívidas, conseguiu economizar oito meses de receita em caixa e gasta apenas 26% da arrecadação com o funcionalismo. Só investe quando já tem dinheiro para quitar o projeto, porque costuma pagar tudo à vista. O orçamento deste ano chegará a R\$ 6,3 milhões.

O principal quesito responsável por colocar São José do Hortêncio na liderança foi o fiscal. O município ficou em 4º lugar. Saiu-se razoavelmente no ranking de gestão, em 68º lugar. Em contrapartida, obteve apenas a 1.685ª colocação na classificação social. Mesmo o campeão do ranking não escapou do dilema dos municípios brasileiros.



Garibaldi Alves, Heloísa Helena, José Agripino e Ideli Salvatti: senadores mostram consenso em torno do apoio às reivindicações trazidas a Brasília pelos municípios

COMISSÕES



Mercadante (ao lado de Sibá Machado) quer concluir a votação do Fundeb nesta semana. Segundo Arthur Virgílio (ao lado de Tourinho), não há obstrução para a matéria

Comissão continua a votar o Fundeb

Depois de aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) à proposta de emenda à Constituição que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), os senadores votam nesta quarta-feira as 38 emendas ao projeto. Ele irá substituir o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

A análise das emendas foi adiada pela comissão a pedido do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Entre as principais está a do aprofundamento da discussão em torno da jornada, da carreira e do piso salarial dos professores da rede de ensino pública.

– Votaremos as emendas na CCJ e pediremos urgência para a apreciação da matéria em Plenário no mesmo dia – propôs Mercadante.

A PEC foi aprovada em janeiro deste ano na Câmara dos Deputados. Como se trata de proposta de

emenda à Constituição, a matéria ainda passará por dois turnos de votação em Plenário.

O Fundeb terá vigência para os próximos 14 anos e será composto com 20% da receita de impostos como o ICMS e o IPVA, além dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Uma das principais diferenças entre o Fundeb e o Fundef é que o novo fundo será estendido também aos estudantes do ensino infantil – para crianças de zero a 5 anos – e do ensino médio.

Pelo substitutivo, o governo

federal complementar o fundo com R\$ 2 bilhões no primeiro ano; R\$ 4,5 bilhões no segundo, e, do terceiro em diante, 10% da soma de receitas dos fundos referentes ao ano anterior. Para evitar falhas, José Jorge acrescentou artigo proibindo o contingenciamento orçamentário dos recursos destinados ao Fundeb pela União, que deverá ser enquadrada em crime de responsabilidade, caso não complemente os recursos.

O Fundeb vai ainda valorizar o trabalho dos professores da rede pública, com a implementação de

planos de carreira e piso salarial de âmbito nacional, fixado por lei federal.

Uma manifestação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) provocou a indignação de alguns senadores. Arthur Virgílio (PSDB-AM) classificou a manifestação de “baderna ilegítima”, uma vez que, segundo ele, não havia qualquer obstrução para a votação da matéria. O presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), afirmou que não aceitaria tumulto e ameaçou suspender a reunião.

Ideli enumera avanços do governo Lula

“Uma das coisas que mais me orgulha no governo Lula é essa preocupação em retomar o fortalecimento da educação pública de qualidade”, disse a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), ao comentar a aprovação da PEC do Fundeb pela CCJ.

Entre as iniciativas do governo, a senadora destacou o estabelecimento da política de cotas para índios e afrodescendentes; a expansão das universidades federais; a criação de *campi* avançados e de centros federais de educação tecnológica (Cefets); a implantação

do Programa Universidade para Todos (ProUni); o reajuste do valor da merenda escolar; e a ampliação do programa de distribuição do livro didático.

– Das 11 universidades criadas no governo Lula, duas são novas, seis foram transformadas, duas desmembradas e uma consolidada. Foram criados 43 novos *campi*. No caso dos Cefets, tivemos que derrubar uma lei de 1998 que só permitia a criação de novos centros federais de educação tecnológica em convênio com estados, municípios ou iniciativa privada. O

Senado derrubou esse dispositivo no ano passado e, de lá para cá, 28 Cefets começaram a ser construídos – afirmou a parlamentar.

Ideli criticou ainda o enfoque dado pela reportagem da Rede Globo à reunião na Câmara dos Deputados que debateu o projeto que institui a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas nas universidades federais. Para ela, a emissora reduziu o projeto apenas à questão das cotas para negros e índios, não esclarecendo que 50% das vagas serão destinadas a alunos da rede pública de ensino.

Material didático terá *Hino Nacional* na contracapa

A letra do *Hino Nacional* deverá ser impressa nas contracapas de cadernos escolares e livros didáticos produzidos e adquiridos com recursos da União. É o que determina projeto de lei (PLS 31/06) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE).

Camata disse que apresentou o projeto a partir de sugestão recebida pela internet e observou

que, na Itália, os candidatos a um passaporte, na hora de solicitar o documento, precisam demonstrar que conhecem o hino italiano. Para o relator, senador João Ribeiro (PL-TO), a proposta aproxima os jovens do hino brasileiro.

Foi ainda acolhido parecer favorável da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) a projeto de lei da Câmara (PLC 14/06) que institui 2006 como o Ano Nacional dos Museus.

Liminar do Supremo só em decisão colegiada

A CCJ aprovou em decisão terminativa, por 13 votos contra 8, projeto de lei do Senado que impede a concessão de liminares, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por apenas um ministro, ou seja, em decisão monocrática. Em mandados de segurança contra ato do Supremo, do presidente da República, das Mesas e das comissões do Congresso Nacional ou de suas Casas, a liminar será concedida por decisão da maioria dos membros do tribunal.

Somente em caso de extrema urgência ou risco de lesão grave, ou ainda em período de recesso, conforme prevê o PLS 50/06, o ministro-relator poderá conceder a liminar, que deverá ser referendada posteriormente pelo Pleno do tribunal.

De acordo com o autor do projeto, senador José Jorge (PFL-PE), a decisão vai preservar os ministros do STF, que têm sido expostos em polêmicas de natureza política.

– Quem tem que estar na luta

política somos nós e não os ministros do Supremo – observou José Jorge.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), apresentou voto em separado contra a matéria, mas foi vencido.

– Nós estamos insatisfeitos com as liminares do Supremo que estão impedindo o Congresso de trabalhar. Se as liminares forem concedidas de modo colegiado, como propõe o projeto, nós respeitaremos mais as decisões do Supremo. Hoje, a liminar é concedida por apenas um ministro e há sempre muitos comentários sobre os motivos que o levaram a concedê-la. Os jornais publicam que o ministro foi nomeado pelo presidente da República, etc. – disse o relator do projeto, senador Demostenes Torres (PFL-GO).

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) também falou em defesa da proposta, afirmando que não concorda com o sistema atual, pois a decisão de conceder



Jefferson Péres, Juvêncio, Motta, Lobão, Serys e Demostenes Torres, relator, debatem a proposta

liminar está monocraticamente concentrada em um único ministro do STF.

– Isso põe em suspeição a isenção de um membro do Supremo. O projeto de José Jorge desloca para o Plenário do STF a decisão sobre a concessão de liminar e prevê que, em se tratando de extrema urgência ou risco de lesão grave, o relator ou o presidente do Supremo poderá conceder a liminar. O projeto é salutar para a harmonia entre os três Poderes do país – afirmou Jefferson.

A comissão também aprovou projeto de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho que cria 166 funções comissionadas no quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho

Para relator, projeto fortalece equilíbrio entre os Poderes

Ao justificar a aprovação da matéria, o relator Demostenes Torres afirma que o projeto “fortalece a construção democrática de soluções jurídicas para conflitos de interesse levados ao Poder Judiciário”. Explica ainda que, como a proposta ressalva as situações de urgência, ficariam afastados os argumentos de que, em determinadas situações, poderia haver lesão ou perecimento de direitos.

Foi nesse ponto que o autor e o relator argumentaram contra o voto em separado apresentado por Mercadante. Para o líder do governo, o projeto poderia dificultar a

concessão de liminares, uma vez que criaria obstáculos à celeridade desse processo. Tanto José Jorge quanto Demostenes consideraram que não haveria esse risco, já que na proposta estavam ressalvadas as situações de urgência, nas quais apenas um ministro poderia conceder a liminar.

– As preocupações do líder não têm razão de ser. Foram os próprios ministros do Supremo que inspiraram o senador José Jorge a propor essa medida. Não há nenhum risco de morosidade ou de tornar ineficaz a concessão de liminar – observou Demostenes.

COMISSÕES

CPI da Emigração Ilegal investiga sumiço de brasileira

Depois de ouvir o depoimento de Tânia Maria Vicentini, cidadã brasileira cuja filha, Carla (foto menor), desapareceu em Newark, Nova Jersey (EUA), no dia 9 de fevereiro, a CPI Mista da Emigração Ilegal aprovou requerimento para realizar acareação entre José Fernandes Madeira Martins e Maria Eduarda Ribeiro, as últimas pessoas que teriam visto Carla antes de seu desaparecimento.

Tânia relatou que, em sua visita aos Estados Unidos, teve contatos com a polícia norte-americana e com o cônsul do Brasil em Nova York e obteve solidariedade. Ela relatou, entretanto, que as investigações não avançaram. Por isso, decidiu pedir ajuda à CPI da Emigração Ilegal.

O deputado federal Hermes Parcianello (PMDB-PR), amigo da família, fez queixas sobre a falta de colaboração da diplomacia brasileira em casos semelhantes. Segundo ele, quando cidadãos brasileiros desaparecem, os consulados hesitam em contratar advogados ou investigadores particulares para auxiliar nas investigações.

A CPI também aprovou a convocação de Gentil Mata da Cruz, suspeito de ser agenciador de emigrantes ilegais para os EUA, a partir de Governador Valadares (MG). O depoimento deverá ser marcado para a próxima semana. O nome de Gentil foi citado em inúmeros depoimentos reservados à comissão.

Durante a reunião, o presidente da CPI, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), anunciou que as pro-

vidências solicitadas pela comissão às autoridades brasileiras e norte-americanas já resultaram na liberação da maior parte de cidadãos brasileiros detidos na fronteira México-EUA por emigração ilegal. Segundo o senador, havia mais de 10 mil presos em março de 2005 e hoje há menos de cem.

A comissão também aprovou requerimento para a convocação de membros da quadrilha "Cegonha", identificada como responsável pelo envio ilegal de crianças e adolescentes aos Estados Unidos. O grupo foi desarticulado pela Polícia Federal em fevereiro deste ano. Serão convocados a depor a chefe da quadrilha, Fátima Taumaturgo de Mesquita, Júlia Silva de Oliveira e o sargento da PM do Rio de Janeiro Billy Graham Pimenta de Mendonça.

A CPI requereu à Polícia Federal cópias dos relatórios conclusivos das operações realizadas a partir de 2003 no combate ao tráfico de mulheres brasileiras para a Europa, para fins de prostituição.



Ao lado de Marcelo Crivella, Tânia Vicentini, mãe da jovem desaparecida (no detalhe), pede a intervenção da CPI

Projeto pode assegurar inclusão previdenciária para emigrante

A CPI Mista da Emigração Ilegal examina projeto de lei destinado a regularizar a situação previdenciária de brasileiros que trabalharam no exterior, inscrevendo-os no Regime Geral de Previdência Social como segurados facultativos. A comissão abriu prazo de dez dias para receber emendas à proposta, antes de apresentá-la ao Senado.

Pelo projeto, o brasileiro que tiver trabalhado em país estrangeiro poderá requerer sua inscrição retroativa a esse período, devendo contribuir como segurado facultativo no Regime Geral de Previdência Social. O pagamento

poderá ser feito junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sem multas e parcelado em até 60 prestações mensais.

Nos encontros que a CPI manteve no exterior, a principal queixa dos emigrantes, além da precariedade da assistência consular, é o desamparo previdenciário. Depois de anos trabalhando sem contrato formal no exterior, o brasileiro não tem a chance de ver reconhecidos, pelo INSS, seus direitos de segurado, pois somente quem desenvolve atividade econômica no Brasil pode requerer a contribuição retroativa de segurado.



Muñoz (E), Saturnino e o embaixador chileno Demétrio Infante: pauta comum nas relações bilaterais

Senadores acertam cooperação com Chile

As comissões de Relações Exteriores dos Senados do Brasil e do Chile farão reuniões periódicas para discutir o relacionamento bilateral e a integração continental. A proposta do presidente da comissão chilena, senador Roberto Muñoz, foi aprovada durante visita de quatro senadores chilenos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Muñoz elogiou os acordos bilaterais firmados em recente viagem a Brasília da presidenta do Chile, Michelle Bachelet, como os de complementação energética e de regulamentação de residência

dos nacionais dos dois países. Ele ressaltou a necessidade de incluir o Legislativo no processo de integração.

– Queremos institucionalizar o contato entre as comissões de Relações Exteriores de nossos países, para analisar temas como os tratados de livre comércio – sugeriu Muñoz ao convidar os senadores brasileiros para uma visita ao Senado chileno.

O presidente da CRE, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), lembrou que as relações diplomáticas estão muito limitadas à ação dos governos e prometeu estabelecer

com seu colega chileno uma pauta de itens a serem tratados em futuro encontro em Santiago.

A CRE também aprovou requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para apresentar apelo ao governo e ao Judiciário do Iraque para que adote punição "de outra natureza" ao responsável pelo atentado que matou o alto comissário das Nações Unidas Sérgio Vieira de Mello.

A comissão ainda aprovou pareceres favoráveis às indicações dos novos embaixadores brasileiros na Suíça, Eduardo dos Santos, e no Cazaquistão, Frederico Meyer.

Comissão debate papel das Forças Armadas

O senador Roberto Saturnino, presidente da CRE, propôs a realização de uma série de audiências públicas para debater as medidas que as Forças Armadas precisam adotar para responder às novas exigências da realidade contemporânea. De acordo com o senador, além de participar de missões de paz como a que o Brasil enviou ao Haiti, as Forças Armadas poderiam estender sua ação sobretudo ao desenvolvimento tecnológico

e à ação social.

Reunido com cerca de 140 oficiais formandos do curso de Política de Alta Administração, em evento promovido pela Escola Superior de Guerra no Auditório Petrônio Portella, no Senado, Saturnino destacou que, diante da possibilidade cada vez mais remota de o país se envolver numa guerra convencional, o Brasil quer ser uma potência da paz:

– Isso significa ter Forças Ar-

madadas capazes de garantir sua soberania, suas posições e uma capacidade de influência cada vez maior junto a organismos internacionais, sobretudo a Organização das Nações Unidas – destacou.

O general-de-brigada Luiz Eduardo Rocha Paio, um dos coordenadores do curso, disse concordar com Saturnino sobre a importância da discussão a respeito das mudanças.

Taxa de controle ambiental em discussão

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realizou audiência pública sobre a cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), instituída pela Lei 10.165/00. Participaram representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Ibama e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). A cobrança é contestada pelo empresariado, sob a alegação de que órgãos estaduais já cobram pelo serviço e de que

a taxa onera ainda mais as pequenas e microempresas. Já o Ibama considera a taxa "muito modesta", respectivamente de R\$ 112 e R\$ 225.

Depois da exposição dos representantes das duas entidades empresariais e do Ibama e da intervenção de vários senadores, o presidente em exercício da CMA, César Borges (PFL-BA), propôs que o Senado peça ao Supremo Tribunal Federal o julgamento final, em plenário, das ações contra a cobrança apresentadas pela CNI.

Aprovadas normas para produção de cal com menor risco

A CMA aprovou, em decisão terminativa, substitutivo ao projeto de lei (PLS 314/03) que disciplina o processo de fabricação de cal virgem e hidratada. A finalidade da proposta é eliminar riscos de geração de compostos poluentes ao meio ambiente. O texto, já aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), estabelece regras para a extração da rocha calcária, o processo de produção da cal em si e os combustíveis aceitáveis para uso no processo de calcinação, para eliminar os riscos de contaminação e geração de poluentes. A proposta determina, ainda, práticas preventivas à emissão dos compostos gasosos, responsáveis pela ocorrência do fenômeno das chuvas ácidas.

Projeto de Virgílio restaura lei das florestas públicas

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou projeto de lei por meio do qual pretende restabelecer os pontos vetados pelo presidente Lula no projeto aprovado pelo Congresso que prevê a concessão de florestas públicas para exploração privada. A proposta é assinada também pelos outros dois senadores do Amazonas, Gilberto Mestrinho (PMDB) e Jefferson Péres (PDT), e pelo senador José Agripino (PFL-RN), que foi relator do projeto de gestão das florestas. Virgílio disse que Lula "não honrou" acordos feitos no Senado para a votação do primeiro projeto e que, agora, a liderança do governo no Senado se compromete a dar uma rápida tramitação ao que apresenta.

AVIAÇÃO Funcionários e dirigentes dizem, no Senado, que empresa aérea está disposta a sacrifícios para sobreviver

“Varig quer apoio, não dinheiro público”

Empregados e executivos repetiram o mesmo discurso, durante a audiência pública realizada no Senado, na semana passada, para discutir a crise econômica vivida pela Varig: eles querem que o governo federal aja para ajudar na recuperação da empresa aérea, mas fizeram questão de dizer que, entre as medidas, não se incluiu a injeção de dinheiro público para aliviar as dívidas que se acumularam nos últimos anos – o passivo total é estimado em R\$ 9 bilhões, sendo 60% referentes a dívidas com empresas públicas.

A audiência foi promovida por quatro comissões: Serviços de Infra-Estrutura (CI), Assuntos Econômicos (CAE), Assuntos Sociais (CAS) e Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A convidada mais aguardada, porém, adiou para esta semana seu compareci-

mento. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, deve participar de novo debate, nesta terça-feira às 10h, em busca de saídas que evitem a falência da Varig. Já confirmaram presença nesse encontro o juiz Luiz Roberto Ayoub, cuja declaração a favor da viabilidade da companhia elevou a cotação das ações da Varig na Bovespa, e Demian Fiocca, presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), entre outros.

Para contribuir com o plano de recuperação econômica e adequar o quadro da empresa às condições

operacionais do momento, o coordenador dos trabalhadores do Grupo Varig, Márcio Marsillac, informou que eles estão dispostos a cortar na própria carne: concordam em fechar 2,9 mil postos de trabalho – há dois anos, a empresa demitiu 2,7 mil empregados – e em reduzir os salários em 30%.

Marsillac disse que só uma “ação proativa” e imediata do governo federal poderá manter a empresa viva. Como lembrou, o atual período do ano é fraco para as companhias aéreas, o que tende a agravar a crise da Varig.

A intervenção decretada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social no fundo de

pensão Aerus atrapalhou o plano de recuperação proposto pelos empregados, acrescentou Marsillac, pois eles pretendiam mobilizar recursos do fundo para indenizar os funcionários que seriam demitidos e recolocar em linha dez aeronaves.

– Os trabalhadores consideram criminosa a intervenção – afirmou Elnio Borges, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, ressaltando que seria usado apenas um quarto das reservas disponíveis do fundo no reforço ao caixa da Varig.

Borges também garantiu que os planos de recuperação não prevêm injeção de dinheiro público.

– Interpretações nessa linha camuflam interesses a favor da falência da empresa, de sua entrega a concorrentes ou de sua venda, na bacia das almas, para especuladores – afirmou,

considerando “estranha” a suspensão, pela BR Distribuidora, da venda de combustível a crédito à companhia apenas um mês depois da renegociação das dívidas da Varig com seus credores.

Marcelo Gomes, gerente-geral da empresa Alvarez e Marsal, responsável pelo processo de recuperação da Varig, também negou que esteja sendo pedida injeção de dinheiro público. Ele alegou “problemas de fluxo de caixa no primeiro semestre” para justificar o pedido de prazos de pagamento maiores aos fornecedores e credores, mas ressaltou que o plano de recuperação vem sendo cumprido rigorosamente.

– Trabalhamos para uma solução de mercado, e não para a injeção de dinheiro público na companhia. Todos os credores aprovaram o plano e sabiam que isso [a queda no caixa decorrente da sazonalidade] iria ocorrer – assinalou.



Entenda a crise da empresa

O passado →

A crise da Varig vem se agravando nos últimos três anos, mas as dificuldades não são novas. Nos últimos anos, a frota foi reduzida em 14 aeronaves e a oferta de assentos foi diminuída em 20% (rotas internacionais) e 17% (domésticas). O compartilhamento de vôos e operações com a TAM (entre 2003 e 2005) permitiu que a companhia reduzisse em 74% seu prejuízo, ao custo, entre outras medidas, da demissão de 2,7 mil funcionários. O passivo total da Varig é superior a R\$ 9 bilhões, sendo 60% com empresas públicas, 30% com o fundo de pensão Aerus, 15% com fornecedores e o restante com bancos.

O presente →

Em português claro, o problema atual é que a empresa está com o caixa vazio. Falta dinheiro para pagar dívidas, combustível e taxas aeroportuárias. O estopim da crise veio no início de abril, quando a Infraero, seguindo

determinação do TCU, deu um ultimato à companhia: cobrar as tarifas aeroportuárias antes de cada decolagem. Sem dinheiro para pagar à vista, a empresa seria forçada a cancelar mais vôos e, assim, perder ainda mais receita. Um plano de recuperação da empresa foi aprovado pelos credores, mas enfrenta dificuldades para ser implementado nos prazos previstos.

O futuro →

Estudo da consultoria americana Alvarez e Marsal, contratada em março de 2006 para conduzir a reestruturação da empresa, aponta a necessidade de economia entre US\$ 200 milhões e US\$ 350 milhões para que a Varig siga operando. O plano de recuperação prevê ainda a demissão de 2,9 mil empregados, a redução de salários em até 30% e uma “moratória” de três meses no pagamento aos credores, incluindo a BR Distribuidora, a Infraero, as empresas de leasing e o fundo de pensão Aerus.

Planos e gestão foram prejudiciais

Ações e omissões dos sucessivos governos federais contribuíram, em muito, para a crise econômica vivida pela Varig, afirmaram participantes da audiência pública conjunta da CI, CAE, CDR e CAS. Márcio Marsillac, coordenador dos trabalhadores do Grupo Varig, lembrou que a empresa já chegou a operar vôos deficitários, para a África, apenas para atender a interesses diplomáticos do Brasil.

O endividamento da companhia, destacou Marsillac, é em grande parte resultado da política do governo para o setor, através dos planos econômicos – Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1988) e Collor (1990) –, que com suas intervenções no mercado e congelamentos tarifários contribuíram, por exemplo, para a quebra de outras duas empresas, Transbrasil e Vasp.

A abertura dos vôos para o exterior às transportadoras estrangeiras, no início da década passada, também causou perda de mercado para as companhias brasileiras. Sem condições de disputar com as concorrentes, a Varig queimou patrimônio para sobreviver, relatou o funcionário. Apenas com a desvalorização cambial de 1999, a empresa teve um aumento de 30% nas despesas, muitas atreladas ao dólar.

– Nós reconhecemos que os atuais problemas foram causados por gestão inadequada e até temerária, mas é bom destacar os prejuízos provocados por erros de políticas de governo, como no congelamento tarifário do Plano

Cruzado – lembrou Marsillac, informando que apenas essa questão deve assegurar à Varig uma indenização de R\$ 6,8 bilhões.

Na atual crise, a Varig já cancelou vôos, passou a pagar combustível antecipado e torce por um acordo com o governo, que enfrenta a pressão do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União (TCU) para não perdoar temporariamente as dívidas da companhia. A Varig tenta ainda conseguir a aprovação de um projeto de recuperação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que poderia conceder um empréstimo capaz de financiar algum investidor interessado no negócio.

O diretor-geral da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, contestou críticas à falta de apoio do governo para salvar a empresa. Segundo ele, esse apoio vem ocorrendo há muitos governos, do contrário o desfecho da situação da Varig já teria sido outro. O que está em questão, como afirmou, diz respeito à forma de capitalização da empresa – se o aporte de recursos virá do governo ou do setor privado.

Marcelo Gomes, atual gestor da Varig, culpou a política de preços dos combustíveis do governo federal por parte do desequilíbrio financeiro atual da empresa. Segundo alegou, o querosene de

aviação subiu mais do que os outros combustíveis, obrigando a Varig a pedir mais dois meses de fornecimento a crédito à BR Distribuidora. Do mesmo modo, acrescentou o executivo, fica difícil a companhia seguir pagando as prestações do *leasing* de aeronaves que estão paradas.

Credora de R\$ 515 milhões da Varig, a Infraero “fez tudo o que podia fazer” para ajudar a companhia aérea, disse o presidente da estatal responsável pela administração dos aeroportos, tenente-brigadeiro José Carlos Pereira. A dívida – em tarifas de pouso, decolagem e permanência – cresce R\$ 900 mil todos os dias, e o TCU já determinou à Infraero que cumpra a lei e cobre o valor devido.

O gerente-executivo de produtos de aviação da BR Distribuidora, Pedro Caldas, alegou, porém, que é muito arriscado para a BR atender à solicitação da Varig. O prazo de dois meses pedido pela empresa representa R\$ 160 milhões, valor muito elevado, segundo Caldas, diante dos resultados da estatal, que no ano passado teve lucro líquido de R\$ 650 milhões.

– É um grau de risco alto para lastrear sem qualquer garantia. Torcemos para uma solução de conforto não só para a Varig, mas também para os credores, em face do risco financeiro que essa solicitação de prazo possa representar.

Raio-x da Varig

Ao longo de mais de 79 anos de existência (que completa neste dia 7 de maio), a Varig transportou mais de 210 milhões de passageiros, voou mais de 7 milhões de horas, realizou mais de 2,5 milhões de vôos e seus aviões deram cerca de 115 mil voltas ao redor da Terra.

Evolução em oito décadas

O primeiro avião da Varig foi uma aeronave de modelo Atlântico, com capacidade para nove passageiros e velocidade máxima de 180 km/h.

Hoje, a empresa voa com o Boeing 777, o avião comercial mais moderno do mundo, que transporta 287 passageiros a uma velocidade de quase 1.000 km/h.

A perda do mercado

A Varig perdeu gradualmente sua participação no mercado de vôos domésticos. De 29,56%, em março de 2005, caiu para 20,51% no mesmo mês deste ano. No mercado internacional, a participação caiu de 78,64%, em março de 2005, para 69,74% em 2006.

AVIAÇÃO Senadores buscam soluções, que podem passar por encontro de contas entre os executivos e a Varig

Paim articula conjunto de medidas para superar crise

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou que apresentará, nesta terça-feira, requerimento sugerindo que os governadores dos quatro estados que mais devem à Varig sejam convidados a participar de audiência pública conjunta nas comissões do Senado que estão debatendo a crise na empresa: de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).



Paulo Paim quer que estados devedores da Varig ajudem a reequilibrar companhia

As unidades da Federação que mais devem à Varig, segundo Paulo Paim, são o Rio Grande do Sul (R\$ 107 milhões), São Paulo (R\$ 410 milhões), Amazonas (R\$ 119 milhões) e Distrito Federal (R\$ 104 milhões). A dívida total dos estados com a empresa chega a R\$ 1,3 bilhão.

– O governador que não puder comparecer poderá mandar o seu secretário de Fazenda – sugeriu.

Para Paim, se os estados honrassem seus compromissos com a companhia aérea, ela poderia sair da difícil situação financeira na qual se encontra. O senador revelou que estão sendo feitas gestões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que a Varig possa contrair um empréstimo de R\$ 400 milhões. A

informação foi confirmada por declarações da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, na quarta-feira.

Outra iniciativa é viabilizar um acordo para que possa haver um encontro de contas entre a Varig e o governo federal. Paim disse que as dívidas que uma parte mantém com a outra giram em torno de R\$ 4,5 bilhões. Ele já solicitou à ministra o agendamento de uma audiência para que os senadores possam debater a situação da empresa aérea com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sugeriu que o Congresso aprove uma autorização especial para que o governo possa fazer o encontro de contas. Ele lembrou que, apesar de a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ter mantido a decisão de que o governo deve pagar indenização pelas perdas que a Varig sofreu com o congelamento das tarifas aéreas entre 1985 e 1992, a União é obrigada a recorrer.

– Existe clima político para que aproveamos uma autorização especial para que o governo faça o encontro de contas e não recorra até a última instância – opinou Azeredo.

Não há risco de “voar Varig”, garantem Anac e pilotos

Durante a audiência pública, os funcionários e dirigentes da Varig e o próprio diretor-geral da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi, reafirmaram à sociedade que não há qualquer perigo em voar pela companhia. Os comentários foram uma resposta a informação publicada pelo jornal *O Globo*, segundo o qual o cônsul dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, William Weissman, teria aconselhado os cidadãos norte-americanos a evitarem a Varig.

– A empresa tem padrão de excelência, as aeronaves voam em absoluta segurança. A Varig tem os menores índices de acidente do mundo, tem a cultura de segurança, é da história dela, os funcionários não tergiversam sobre esse aspecto. E a agência não vai abrir mão de observar isso com absoluta atenção – ex-

plicou Zuanazzi.

O gerente-geral da Alvarez e Marsal, Marcelo Gomes, considerou as declarações “irresponsáveis”. O diretor do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Elnio Borges, informou que 30 aeronaves estão paradas porque não foram consideradas seguras e o representante dos funcionários da empresa, Márcio Marsillac, ressaltou que os “passageiros não correm risco maior do que os de qualquer empresa de primeira linha no mundo todo”.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) teve aprovado requerimento dirigido às embaixadas dos Estados Unidos e do Reino Unido – que também sugeriu a escolha de outra companhia aos seus compatriotas – para que voltem atrás na afirmação ou dêem recomendação diferente.

Simon cobra mais empenho do governo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) enxerga uma atitude de frieza do governo em relação à crise enfrentada pela Varig. Segundo ele, o empenho para uma solução visando à recuperação da empresa acabou quando foi rejeitada a proposta de fusão da companhia com a concorrente TAM, por ele avaliada como uma incorporação, já que o acordo asseguraria à Varig apenas 5% do capital da nova empresa que seria constituída.

Para o senador, a proposta não tinha lógica e era impossível de ser aceita. A avaliação foi feita na audiência pública realizada pelas quatro comissões, na semana passada. Partiu de Simon a mais emocionada defesa de uma solução em favor da recuperação da companhia, nascida no Rio Grande do Sul.

– Fica claro que a questão tem solução. Fica também claro, com o maior respeito, que a gente não vê por parte do governo uma atitude que não seja de frieza. Uma preocupação a mais a gente não consegue sentir – assinalou.

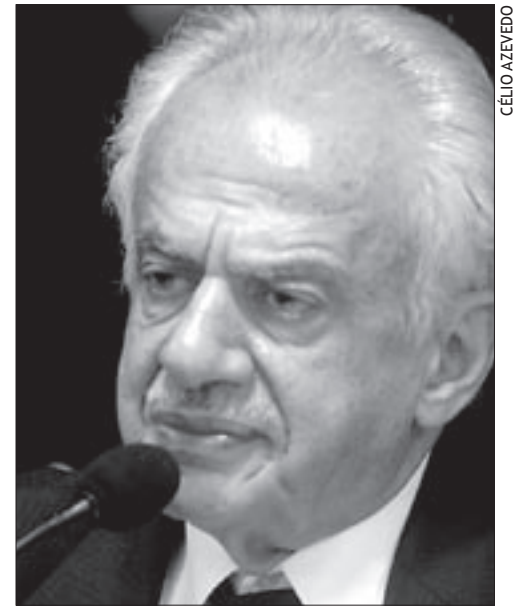
Na intervenção, Simon mencionou a série de boatos sobre a coincidência entre a criação do PT e a da TAM. O senador afirmou que parlamentares petistas normalmente obtinham passagens de cortesia na TAM. Quando do debate da proposta de fusão, ele lembrou que foi procurado pelo então “coordenador político do governo” para debater o tema. Essa pessoa, acrescentou, foi também “coordenador político” da campanha presidencial de Lula. O negociador, revelou Simon, garan-

tia que o assunto seria resolvido rapidamente, mas que a “boa vontade” transformou-se em morosidade quando foi rejeitada a proposta de fusão.

Em resposta, o senador Paulo Paim (PT-RS) observou que os problemas da companhia antecedem o atual governo e avolumaram-se com o tempo, sem que ninguém desse solução. Argumentou que o debate correto envolve uma mobilização suprapartidária para tentar uma saída, que pode passar, como avaliou, por um encontro de contas entre dívidas e créditos mútuos entre governo e Varig [veja matéria nesta página].

Como Paim, o senador gaúcho Sérgio Zambiasi (PTB) afirmou que a crise não é culpa do governo atual e também defendeu um encontro de contas entre o setor público e a Varig. Registrou desabafo ouvido de uma aeromoça da companhia, num voo ao estado, de que só há notícias ruins em torno do caso. Porém, disse esperar fatos positivos estimulados a partir do debate no Senado, com notícias de soluções antes do aniversário de 79 anos da empresa, no próximo domingo.

Na reunião, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) leu texto com opinião do então candidato a presidente Lula sobre a crise da Varig, em 2002. Lula admitiu uma



Simon fez uma defesa emocionada da Varig e disse que o governo age com “frieza”

solução com apoio do governo, para que as companhias aéreas tivessem tratamento tributário semelhante ao desfrutado pelas companhias estrangeiras em seus países. Isso impediria, como afirmava, que fossem “engolidas” pelas concorrentes de fora.

Ramez Tebet (PMDB-MS) observou que, após a edição da nova Lei de Falências, seria um contra-senso haver omissões que possam levar a Varig à derrocada. Contendo mecanismos que favorecem a recuperação das empresas em dificuldades, a nova lei, de acordo com Tebet, garantiu uma redução de 30% no registro de falências no país. Edison Lobão (PFL-MA) apoiou Tebet e também defendeu uma saída baseada no encontro de contas entre a Varig e o governo.



Participantes da audiência pública conjunta de quatro comissões: novos debates estão agendados

Diante da crise, como fica o consumidor?

A principal preocupação dos consumidores em relação à Varig no momento é se a empresa vai honrar as milhas distribuídas pelo programa de fidelidade Smiles. Advogados entendem que os usuários do programa também são cobertos pelo Código de Defesa do Consumidor porque foram atraídos para se tornarem clientes da empresa. Porém, o Smiles é um programa de premiação, e não um contrato efetivo de compra e venda, e a companhia incluiu entre as regras de adesão a possibilidade

de que o mesmo seja interrompido sem aviso prévio.

Se já tiver milhas suficientes, um destino certo e data provável em que deseja viajar, você pode marcar sua passagem. Tendo o bilhete em mãos, é mais provável que seja endossado por outra companhia – como espera o governo no caso de a Varig parar. O programa, segundo a empresa, segue inalterado.

No caso de quem já tem a passagem em mãos e o voo marcado – o que lhe assegura um contrato de compra e venda

–, é mais provável que possa ser acomodado em outras empresas caso a Varig deixe de operar.

Há ainda o entendimento do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), para o qual os clientes com passagens em mãos e usuários do Smiles poderiam ser incluídos entre os credores da massa falida – o que os colocaria no final da fila para receber. A Lei de Recuperação das Empresas estabelece, na prioridade de pagamento, que os trabalhadores da companhia estejam em primeiro lugar.

CRISE POLÍTICA Entre as propostas pendentes estão a quebra de sigilos de Okamoto e a convocação de Mattoso

CPI dos Bingos decide polêmicas no voto



Com o ou sem acordo, o presidente e o relator da CPI dos Bingos, senadores Efraim Morais (PFL-PB) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), respectivamente, decidiram colocar em votação esta semana todos os requerimentos apresentados.

Nas últimas semanas, o baixo quórum na comissão impediu a votação de requerimentos polêmicos, como o que pede a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, e a convocação do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso, envolvido na quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.

Nesta terça-feira, os senadores irão ouvir Walter Maierovitch, presidente do Instituto Brasileiro Giovane Falcone, e o ex-secretário da Receita Federal Osiris Lopes Filho.

Já o presidente da Federação

Brasileira de Bingos (Febrabingo), Carlos Eduardo Canto, presta depoimento na quarta-feira.

CPI promove duas pesquisas

A equipe técnica da CPI dos Bingos, com apoio da Polícia Federal e da Associação Brasileira de Bingos (Abraban), irá iniciar uma ampla pesquisa para saber a real situação das casas de bingo que funcionam legalmente no país. A comissão quer saber se as casas de jogos estão cumprindo a lei, comprovando os valores repassados anualmente a instituições esportivas, com a devida discriminação das entidades.

A secretaria da CPI já mandou confeccionar, inclusive, o formulário a ser entregue aos proprietários de bingos, com 19 perguntas. Entre elas, é pedida a qualificação dos sócios e gerentes; descrição de tipos de jogos executados; nomes dos fornece-



Efraim anuncia que todos os requerimentos apresentados serão colocados em votação

dores das máquinas; indicação de eventuais doações para partidos políticos ou candidatos; além de percentual de receita entre jogos de cartela e os eletrônicos. Também estão previstas visitas-surpresa a casas de bingo. A princípio, serão escolhidas cinco cidades em estados diferentes. Outra pesquisa será feita com a população brasileira, que deverá opinar, entre outras coisas, se as casas de bingo devem ou não continuar funcionando no país.

Senadores vão a Cuiabá para ouvir Arcanjo

Uma comissão composta por seis membros da CPI dos Bingos irá ouvir João Arcanjo Ribeiro (o Comendador Arcanjo), em Cuiabá, onde ele cumpre pena após condenação por envolvimento com o crime organizado. Designados pelo presidente da comissão Efraim Morais (PFL-PB), os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), Alvaro Dias (PSDB-PR), Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), Sibá Machado (PT-AC) e Wellington Salgado (PMDB-MG) irão questioná-lo sobre seu envolvimento com casas de jogos de azar e empresários do ramo e sobre o

seu suposto envolvimento com a morte do então prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel.

Réu em cerca de outros 20 processos – entre eles por homicídio e lavagem de dinheiro –, Arcanjo está ligado a um grupo de Santo André. Ele é sócio de Ronan Maria Pinto, empresário de transportes que teria enviado R\$ 24 milhões para a *offshore* uruguaia Roanoake, e de Sérgio Gomes da Silva, o “Sombra”, indiciado pela morte de Celso Daniel.

– Em comum acordo com a Polícia Federal, ficou estabelecido que o melhor é ouvi-lo em Cuiabá, sem qualquer prejuízo para

a CPI – afirmou Efraim. A data da viagem será acertada com a Polícia Federal e a Justiça.

O Comendador foi preso em Montevideu (Uruguai) em abril de 2003, onde cumpria pena até ser extraditado para o Brasil em março deste ano. Na semana passada, o Tribunal Regional Federal (TRF) em Brasília afastou o juiz Julier Sebastião da Silva, da 1ª Vara Federal de Mato Grosso – que esteve em fevereiro deste ano na CPI dos Bingos – de todos os processos em que Arcanjo é réu, sob a alegação de que o magistrado é parte no processo e por isso não pode julgar o caso.

Sete emendas ao relatório serão avaliadas

Sete emendas ao relatório parcial da CPI dos Bingos – que aponta supostos crimes e contravenções cometidos nas renovações de contrato da Caixa Econômica Federal com a multinacional GTech – devem ser votadas nesta semana pela comissão. O relatório, de autoria de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), pede que o Ministério Público indicié 34 pessoas e três empresas.

Emenda do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) sugere que seja pedido o indiciamento do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci.

– Muitos dos que foram citados estão diretamente ligados a Palocci, por isso não há como dizer que ele não está envolvido – afirmou Antero.

Na última quinta-feira, Palocci foi indiciado pela Polícia Civil de São Paulo pelos crimes de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica

e peculato. Ele já havia sido indiciado pela Polícia Federal pelo envolvimento na quebra do sigilo bancário de Francenildo Costa.

Outra emenda, de Valdir Raupp (PMDB-RO), sugere a retirada de alguns nomes do relatório, como o do ex-presidente da Caixa Jorge Mattoso.

Em depoimento à CPI, o subprocurador-geral da República Moacir Guimarães Morais Filho – que atuou no processo judicial entre a Caixa e a GTech – disse ter estranhado que tanto o banco como a Advocacia Geral da União (AGU) tenham se “omitido” quando da tentativa de reverter decisões judiciais, proferidas pela juíza federal Marisa Giudice, que concedeu 17 liminares em favor da multinacional. Os senadores aprovaram, no ano passado, a

convocação e quebra de sigilos da juíza, o que foi negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Depois de uma licença médica, Marisa aposentou-se.

O subprocurador conseguiu que o STF derrubasse liminar em favor da GTech, que mantinha monopólio sobre o sistema lotérico no país desde 1997.

– Se o Ministério Público não tivesse recorrido, a decisão permaneceria em favor da GTech e o prejuízo para a Caixa teria sido de R\$ 235 milhões – disse Moacir, que reconheceu que a Caixa teria lutado para não renovar contrato no valor de R\$ 650 milhões com a GTech em 2003.

– A AGU não pode ser acusada de não ter agido porque há um impeditivo legal – afirmou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

“Francenildo não se venderia”, diz jardineiro

Em depoimento na última terça-feira à Corregedoria Parlamentar do Senado, o jardineiro Leonardo José Moura confirmou ter tentado intermediar a compra de uma casa na periferia de Brasília para o caseiro Francenildo Santos Costa, pivô da saída de Antonio Palocci do Ministério da Fazenda. A reunião foi presidida pelo corregedor da Casa, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Leonardo relatou que, em janeiro deste ano, Francenildo teria pedido ajuda para encontrar um imóvel. Segundo o jardineiro, Francenildo afirmou que seu pai recentemente o reconheceu como filho, enviara “um pouco de dinheiro” e prometera enviar mais recursos futuramente.

Leonardo disse que o caseiro

desistiu da compra por não ter dinheiro suficiente e que Francenildo não comentou que o dinheiro estava depositado em um banco.

– Eu nem cheguei a ver esse dinheiro. Somos muito amigos. É uma amizade de cinco anos. Francenildo é trabalhador, honesto, tem esposa e filho. Acredito que ele não se venderia – acrescentou Leonardo.

Em resposta a Romeu Tuma, o jardineiro informou só ter comentado o episódio com os donos da casa onde trabalha (próxima à mansão chamada “República de Ribeirão Preto”) e com um jornalista de *O Globo*, que havia acabado de entrevistar Francenildo, no dia em que o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou a primeira entrevista concedida pelo caseiro.



O jardineiro Leonardo José Moura (E) confirmou a Tuma ter tentado intermediar a compra de uma casa para Francenildo

Renan envia requerimento de “CPI do Lula” ao arquivo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou na terça-feira que não dará prosseguimento à proposta de criação de CPI para investigar denúncias de irregularidades no governo federal, subscrito por 34 senadores e apresentado pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE) no dia 19 de abril.

A decisão foi baseada em julgamento anterior da Comissão de Constituição e Justiça, que classifica como inconstitucional a criação de CPI sem fato determinado e objetivo para investigação.

– Listar fatos difusos, desconexos, pulverizados ou genéricos não encontra respaldo na Constituição, nem nos regimentos das casas legislativas e menos ainda no Supremo – disse Renan. Ele também registrou sua competência para a decisão citando o inciso XI do art. 48 do Regimento Interno, segundo o qual cabe ao presidente do Senado “impugnar proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis, ou ao Regimento”.

Renan fez ainda balanço positivo dos resultados alcançados no último ano pelas CPIs.

– Nunca se investigou tanto. Como presidente, dei a elas todo apoio logístico e político, para que trabalhassem com autono-

mia e independência – disse.

Na quarta-feira Almeida Lima protestou, dizendo que “as razões para a decisão do presidente do Senado foram exclusivamente políticas, e não jurídicas”. Para ele, o requerimento para criar a CPI tratava de “fatos concretos, claros, objetivos e não difusos”.

Também na avaliação de Heloísa Helena (PSOL-AL), os pressupostos constitucionais e regimentais da proposição haviam sido cumpridos.

Pelo requerimento, a CPI iria apurar a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa; o pagamento de contas pessoais de Lula e de sua filha Lurian pelo presidente do Sebrae, Paulo Okamoto; a relação entre a empresa de Fábio Luiz da Silva, filho de Lula, com a concessionária de telefonia Telemar Norte e Leste S.A.; a existência de tráfico de influência de Genival Inácio da Silva, o Vavá, irmão do presidente, na intermediação de demandas de empresários junto a estatais e órgãos públicos federais; e a origem e destinação do dinheiro encontrado nas roupas íntimas e na mala de José Adalberto Vieira da Silva, assessor do deputado estadual petista do Ceará, José Nobre Guimarães, no aeroporto de São Paulo.

GOVERNO LULA

ESTRADAS - O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) chamou a atenção do governo para a precariedade das estradas, em especial as do estado do Amapá. Papaléo informou que auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) confirmou as más condições das rodovias, como a falta de sinalização, equipamentos e estrutura da Polícia Rodoviária.

- Temos sucessivos casos de assalto ao longo de estradas, onde quadrilhas interceptam ônibus - desabafou.

PRIMEIRO EMPREGO - O senador Osmar Dias (PDT-PR) fez duras críticas ao programa Primeiro Emprego, lançado há três anos pelo governo federal. Na opinião do parlamentar, as 3.936 vagas criadas nesse período significam um fracasso. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também criticou o programa, ao citar a matéria "Com só 0,55% da meta cumprida, Primeiro Emprego é abandonado", publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

SERVIDORES - O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), leu em Plenário documento divulgado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsepe-DF) pedindo ao governo a reabertura das negociações com a categoria, que está em greve desde o dia 15 de março. Os servidores estão parados em reação ao rompimento dos acordos firmados com o governo em 2005, como a implantação de plano de cargos e salários.

DENÚNCIA - Senadores opositoristas e governistas saíram em defesa do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), alvo de denúncia do uso de jatinhos da operadora de telefonia Brasil Telecom em viagens feitas ao Piauí na época em que a empresa era controlada pelo grupo Opportunity, do empresário Daniel Dantas. Heráclito admitiu ter usado as aeronaves, mas contestou o número de viagens atribuídas a ele em reportagem do jornal *O Globo*.

ELEIÇÕES - Augusto Botelho (PDT-RR) aplaudiu a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de trabalhar em conjunto com a Receita Federal na fiscalização das campanhas eleitorais, conforme recente instrução normativa do tribunal e da Receita, mas advertiu que só uma reforma política irá acabar com o caixa dois.

- A reforma política será vital para atrair para as casas legislativas o cidadão honesto, vocacionado para a vida pública - afirmou.

Discurso de Busato no STF gera debate em Plenário

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), parabenizou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, pelo discurso proferido, na quinta-feira passada, por ocasião da posse da ministra Ellen Gracie Northfleet como presidenta do Supremo Tribunal Federal (STF).

No discurso, entre outras afirmações contundentes, Busato criticou indiretamente o presidente Lula, presente à cerimônia, ao afirmar que a República "sofre a pior das crises - a de credibilidade e a de confiança - e que o comportamento indecoroso de alguns agentes públicos expôs ao desgaste as instituições do Estado".

- Busato agiu como presidente da OAB, na melhor tradição - ressaltou. O presidente Lula precisa mesmo assimilar o que ele disse e reconhecer seu direito de dizer - comentou Arthur Virgílio,

classificando como brilhante o discurso de Busato.

Por sua vez, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), considerou "afrontoso e covarde" o discurso. As referências de Busato ao mensalão numa solenidade em que, mesmo presente, o presidente Lula não poderia se defender, causaram mal-estar na sessão do Supremo, de acordo com Ideli.

- O presidente da OAB foi inconveniente, ainda mais porque aquela era uma sessão de grande valor simbólico, por ser a posse da primeira mulher em um dos Poderes da República - lamentou a senadora, que acusou Busato de querer "roubar a cena".

A senadora também criticou o presidente da OAB por ter



Na opinião de Heráclito, reação do governo a críticas reforça tese de autoritarismo

mencionado as denúncias como se as ações delas decorrentes tivessem sido julgadas em última instância. Esse ponto de vista de Ideli foi questionado por dois senadores, Heráclito Fortes (PFL-PI) e Demostenes Torres (PFL-GO).

Heráclito Fortes afirmou que Busato só fez ecoar uma denúncia baseada em fatos, e que os

discursos duros dos presidentes da OAB já são tradicionais nessas sessões da corte constitucional. O parlamentar observou que "está impressionado com a falta de memória do atual governo quanto a este detalhe".

- O governo atual não foi educado para ouvir críticas quanto a sua atuação, mas daí a passar a agredir e ofender o presidente da OAB só reforça a tese de que este é o governo de vocação autoritária mais definida que já tivemos no Brasil nos últimos tempos - afirmou Heráclito Fortes.

Demostenes Torres salientou que a denúncia relativa ao mensalão foi resultado de investigações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Além disso, foi oferecida como notícia-crime ao Supremo Tribunal Federal pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

Opositoristas alertam para estratégias eleitorais de Lula

Demostenes Torres (PFL-GO) recomendou à oposição que não se iluda com a suposta eficácia de "lamúrias" na disputa eleitoral com o presidente Lula. Na opinião do parlamentar, enquanto "boa parte da oposição" acredita que o povo levará lamentações em conta na hora de votar, Lula procurará capturar a atenção do eleitorado com "largos sorrisos".

Para Almeida Lima (PMDB-SE), os índices elevados de Lula nas pesquisas realizadas recentemente não representam o acaso. Ele disse que o próprio presidente e o PT passaram a direcionar como alvo de suas propagandas as massas populares desesperançadas e famintas.

O senador César Borges (PFL-BA) citou uma série de promessas feitas pelo presidente Lula, mas não cumpridas, como as metas do programa Primeiro Emprego (260

mil novas vagas todos os anos) e das parcerias público-privadas (PPPs). De acordo com César Borges, o governo está iludindo a população por meio de propaganda.

Suposta participação do genro de Lula

Leonel Pavan (PSDB-SC) classificou como imoral a suposta interferência do genro do presidente Lula, Marcelo Sato Rosa, para obter repasse de recursos para municípios de Santa Catarina. A denúncia foi noticiada pela imprensa do estado.

Segundo Pavan, Sato é chefe de gabinete de uma deputada estadual. O senador questionou a forma como os recursos foram obtidos, uma vez que parlamentares da oposição não conseguiram a liberação de suas emendas ao Orçamento da União.

Alvaro Dias cobra investigação sobre negócio com o BMG

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou das autoridades maiores investigações sobre a compra, pela Caixa Econômica Federal, da carteira de créditos consignados (de pensionistas e aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social) controlada pelo banco BMG. Segundo ele, a Caixa "gastou R\$ 1,094 bilhão" na aquisição desses créditos de "um banco pequeno, que estava em situação de risco".

Alvaro Dias chamou a atenção para o "caráter duvidoso" da operação e avisou que pareceres técnicos de funcionários da própria estatal recomendavam que a transação não fosse efetivada.

César Borges pede ao TCU auditoria no porto de Aratu

César Borges (PFL-BA) informou ao Plenário que a Comissão de Fiscalização e Controle aprovou requerimento de sua autoria solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditoria em licitação da Companhia Docas da Bahia para construção de um terminal graneleiro no porto de Aratu.

Para o senador, "a licitação estava viciada, visando privilegiar apenas uma empresa multinacional". César Borges disse que pediu auditoria do TCU porque a Docas é uma empresa com capital do governo federal. Ele anunciou que também irá provocar o Ministério Público para investigar o caso.

Críticas à campanha publicitária de auto-suficiência em petróleo

A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, questionou as críticas dos partidos de oposição à campanha publicitária para comemorar a auto-suficiência do país em petróleo. Lembrando que essa conquista é de todos os brasileiros e não somente do governo Lula, Ideli considerou inexplicável a iniciativa do PSDB e do PFL de tentar, na Justiça, impedir a campanha.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que o governo federal está tentando usar o fato como uma "campanha desonesta e ufanista, uma estratégia de marketing eleitoral". Alvaro Dias (PSDB-PR), por sua vez, leu em Plenário artigo do jornalista Ari Cunha, em sua coluna no *Correio Braziliense*, no qual ele afirma que o presidente Lula foi à plataforma P-50 comemorar a auto-suficiência em petróleo, mas a plataforma "só entrará em ação em 2006".

Agripino Maia (RN), líder do PFL, procurou desmistificar a anunciada auto-suficiência em



Tentar impedir campanha na Justiça é inexplicável, diz Ideli

petróleo. Para Agripino, o Brasil só atingiu o atual patamar porque o crescimento da economia está baixo.

José Jorge (PFL-PE) condenou o que classificou de "aparelhamento político" da Petrobras pelo governo do PT. Segundo afirmou, a recente saída do presidente da subsidiária BR Distribuidora, Luiz Rodolfo Landim, ocorreu por pressão política do governo Lula, que pretende colocar no lugar de Landim alguém mais afinado com as pretensões políticas do governo.

Senadores analisam projetos de infra-estrutura na América do Sul

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou os elevados custos e o superdimensionamento - 10 mil quilômetros - do projeto do gasoduto Venezuela-Brasil-Argentina.

João Batista Motta (PSDB-ES) avaliou como mentira "o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, dizer que construindo um gasoduto para transportar gás venezuelano cortando o país de ponta a ponta a miséria no Brasil vai acabar".

Já o líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE), criticou a

política externa do presidente Lula com relação aos "governos populistas" da América do Sul, em especial os da Bolívia e da Venezuela.

Alvaro Dias (PSDB-PR) se disse preocupado com contencioso instalado entre Brasil e Bolívia. O senador cobrou uma posição oficial do governo brasileiro sobre o assunto depois que o presidente da Bolívia, Evo Morales, expôs "conceitos tresloucados" sobre a atuação da Petrobras, no programa *Roda Viva*, da TV Cultura.

PLENÁRIO

Zambiasi: educação pode alavancar o país

A importância da educação no desenvolvimento das nações e os problemas do Brasil neste setor foram destacados em Plenário pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Segundo observou, os países que hoje estão no primeiro mundo chegaram lá por meio do fomento à educação e à cultura. Ele citou os casos da Alemanha e do Japão, países que saíram arrasados de guerras mundiais e transformaram-se em potências econômicas.

– A falta de estudos, de formação e de informação diminui a potencialidade do nosso povo – alertou ele, ao analisar a situação brasileira.

Segundo Zambiasi, a Alemanha, com 82 milhões de habitantes, produz hoje US\$ 2,6 trilhões por ano. Já o Japão, com 128 milhões de habitantes e poucos recursos naturais, produz US\$ 4 trilhões. Neste último país, prosseguiu o senador, 100% das crianças freqüentam

escolas, sendo que em 98% dos casos o financiamento é público.

– No Brasil, 55% da população economicamente ativa não têm mais do que quatro anos de estudo. O Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional indica que 74% dos brasileiros adultos estão nessa condição. Como enfrentar o mercado de trabalho e garantir salários dignos? Como vamos competir no mundo? Como preservar nossa democracia? – questionou Zambiasi.

Para o senador, o Brasil tem recursos suficientes para dar um salto de qualidade na educação e nas condições de vida da população, mas sofre com a má gestão dos recursos públicos. Estudo do Ministério da Fazenda, informou, aponta que cerca de 60% dos gastos sociais são destinados aos 20% mais ricos.

Para Zambiasi, somente o acesso efetivo ao ensino de qualidade



Zambiasi lamenta os fracos índices de escolaridade dos brasileiros

poderá reverter a situação em que o país se encontra.

O senador defendeu a aprovação de matérias que tramitam no Congresso visando melhorar as condições de vida do trabalhador. Entre elas, destacou o projeto que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais e aumenta para 65% o percentual sobre o valor da hora normal a ser pago pelo serviço extraordinário.

Senador prevê Parlamento do Mercosul até dezembro

O Parlamento do Mercosul – formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – deve ser instalado até dezembro deste ano. A previsão é do senador Sérgio Zambiasi, presidente da Seção Brasil da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Ele declarou que esse parlamento dará maior representatividade e legitimidade democrática ao bloco.

Com o Parlamento do Mercosul, observou, “os partidos políticos vão participar diretamente do processo de tomada de decisões”. Para ilustrar a importância dessa nova assembléia, ele ressaltou que, caso o parlamento já estivesse em atividade, poderia tratar de assuntos como a situação da Petrobras na Bolívia e a questão da Ponte da Amizade entre Brasil e Paraguai, entre outros.

O parlamentar defendeu ainda a integração

energética da América do Sul no que se refere à energia elétrica, ao petróleo e, “de forma especial”, ao gás. Ao destacar a importância do “fator energia” para o processo de integração do Mercosul, Sérgio Zambiasi disse que a União Européia “teve como base, ao ser criada, o uso comum de seus recursos naturais”.

Zambiasi anunciou que a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, da qual é um dos integrantes, deve lançar em maio um portal na internet. Ele destacou que o *site* está sendo produzido pela Seção Brasil do colegiado, “com apoio especial” da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen). A próxima reunião da comissão está prevista para os dias 15 e 16 de maio, em Brasília.

Ana Júlia apóia condenação de envolvido na morte de freira

Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu a decisão judicial que condenou Amair Feijoli da Cunha, o Tato, a 18 anos de prisão pela acusação de intermediar o assassinato da missionária Dorothy Stang. A freira foi morta no início de 2005 no interior do Pará, estado que detém os maiores índices de mortes violentas no campo.

– Isso nos coloca a perspectiva de que é possível haver justiça – declarou ela.

Os pistoleiros Rayfran das Neves e Clodoaldo Batista, a quem Tato teria pago para executar o crime, receberam penas de 27 e 17 anos, respectivamente. Já Regivaldo Galvão e Vitalmiro de Moura, acusados de mandantes do crime, ainda serão julgados.

Da tribuna, a senadora destacou o prêmio internacional Goldman Environmental Prize concedido ao líder social e ambientalista Tarcísio Feitosa da Silva.

Virgílio suspeita de compra de terras na Amazônia

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse desconfiar de um “plano de compra da Amazônia que já começa a mostrar suas mangas”. Ele se referiu à compra, pelo empresário sueco Johan Eliasch, de fazendas no Amazonas.

– Esse empresário, que mora em Londres, comprou uma área de 160 mil hectares, maior que a da cidade de São Paulo – ressaltou, questionando “se não está por trás disso uma brutal negociata”, lembrando que Johan teria o objetivo de ganhar dinheiro vendendo “créditos de carbono”.

O discurso recebeu apoio de Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Jefferson Péres (PDT-AM), Tião Viana (PT-AC), Heloísa Helena (PSOL-AL), Leonel Pavan (PSDB-SC), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Sibá Machado (PT-AC), entre outros.

Alvaro cobra propostas reais aos candidatos à Presidência

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu que os candidatos à Presidência da República nas eleições deste ano, de todos os partidos, apresentem propostas que sejam passíveis de realização. Ele destacou que as falsas promessas geram frustração na sociedade.

– Podemos citar o presidente Lula como exemplo maior da frustração do povo brasileiro. Um homem que difunde a falácia, a mistificação, a mentira e a bravata como instrumentos de sustentação de seu nicho de apoio popular.

Ele citou o setor habitacional como exemplo de falta de política. Em 2005, disse, apenas 2,4% da dotação orçamentária aprovada para a área foram executados. Para Alvaro, o Orçamento seria uma “peça de ficção”. Ao contrário do que o presidente Lula vem afirmando, opinou o parlamentar, os trabalhadores não têm motivos para comemorar o Dia do Trabalho.

Crise do agronegócio preocupa parlamentares

Delcídio Amaral (PT-MS) expôs o quadro “absolutamente grave” observado na economia da região Centro-Oeste, decorrente da grande crise enfrentada pelo agronegócio. Depois de contribuir, em 2005, com US\$ 43 bilhões para as exportações brasileiras, um aumento de quase 11% em relação a 2004, o setor sofreu um duro golpe em sua competitividade, informou, pela valorização de quase 40% do real frente ao dólar e pela deficiência na infra-estrutura de escoamento da safra.

O parlamentar observou que os custos de transporte já chegam a US\$ 60 a tonelada. O surgimento de um novo foco de febre aftosa em Mato Grosso do Sul foi outro baque assinalado, situação que gerou um prejuízo superior a R\$ 100 milhões e uma queda de 30% na arrecadação tributária estadual.

– Temos de lançar papéis no mercado que possibilitem alongar o débito dos produtores e

pagar suas dívidas com empresas privadas – defendeu.

As considerações de Delcídio receberam apartes de Arthur Virgílio (PSDB-AM), João Batista Motta (PSDB-ES) e Leomar Quintanilha (PCdoB-TO).

Ao manifestar apoio ao movimento Grito do Ipiranga, realizado pelos produtores rurais, Antero Paes de Barros (PSDB-MT) comunicou ao Plenário o anúncio, feito pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, da publicação de três resoluções do Banco Central com medidas de apoio ao setor agrícola.

– Outra questão na qual houve um pequeno avanço foi a informação dada pelo ministro de que serão destinados R\$ 2,2 bilhões para o refinanciamento das dívidas dos produtores com o setor privado – afirmou.

Por sua vez, Romeu Tuma (PFL-SP) pediu atenção do governo aos episódios de saques e invasões de terras por movimentos sociais no interior do país.

Tião Viana convoca idosos a tomar vacina contra gripe

Ao destacar a importância da Campanha Nacional de Vacinação Contra a Gripe, iniciada na semana passada, Tião Viana (PT-AC) reiterou em Plenário que as pessoas com 60 anos ou mais



Tião Viana

deveriam se vacinar contra o vírus *influenza* nos postos de saúde. A campanha se encerra nesta sexta-feira.

– A vacinação, que é gratuita, assegura uma redução de 50% na mortalidade causada pela pneumonia – declarou, acrescentando que a campanha deve beneficiar cerca de 11 milhões de pessoas.

O parlamentar reconheceu ainda o mérito do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do ex-ministro da Saúde José Serra,

ambos do PSDB, por terem iniciado esse programa.

Viana também comentou a evolução dos repasses do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele afirmou que o governo federal gasta com saúde, a cada ano, cerca de R\$ 391 por habitante.

Apesar de ressaltar “os esforços do atual governo para recuperar os investimentos em saúde”, o senador reconheceu que “isso é pouco”. O gasto ideal, disse, seria de aproximadamente mil reais por habitante a cada ano.

O senador ressaltou que, entre 1995 e 2003, o PIB cresceu 140%, a receita total da União aumentou 202%, mas os gastos com saúde cresceram 82%. Para este ano, Viana prevê um gasto total de R\$ 72 bilhões no SUS.

Senadores analisam dados sobre queda na subnutrição

Os resultados do estudo “Chamada Nutricional”, da Universidade de São Paulo, que aponta uma redução da subnutrição, de 17,9% para 6,6%, entre as crianças de até cinco anos no semi-árido do Nordeste e norte de Minas Gerais, foram comentados em Plenário pelos senadores Tião Viana e Lúcia Vânia (PSDB-GO). Viana se disse esperançoso com os resultados que os investimentos na área social realizados pelo governo Lula estão apresentando. Ressaltou, no entanto, que são fruto também de investimentos feitos por governos anteriores.

Das crianças pesquisadas, 92,8% fazem três refeições por dia e apenas 6,6% apresentam baixa estatura, principal fator

indicativo de desnutrição.

Na opinião de Lúcia Vânia, os dados não significam que a questão da desnutrição esteja solucionada no país.

– Os tão festejados números da “Chamada Nutricional” representam ainda um contingente enorme de pessoas que vivem em condições subumanas – alertou Lúcia Vânia, chamando a atenção para a existência de 150 mil crianças vítimas de desnutrição crônica na região pesquisada.

Já a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) vê descaso do governo federal para com as crianças pobres do Brasil, que “acabam se prostituindo ou entrando no narcotráfico em razão da miséria”, afirmou.

Voz do Leitor

AMAZÔNIA

“Sou contra a atuação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação à aprovação da política de gestão da floresta amazônica.”

Guido Chiniara Batuta, de Valinhos (SP)

CONCURSOS

“Sugiro que os órgãos do governo terceirizem menos serviços e promovam mais concursos públicos, pois é muito grande o número de desempregados que precisam de oportunidades justas.”

Alair Gualberto de Brito, de Formosa (GO)

EMPREGOS

“O programa Fome Zero deveria acabar. Não adianta dar ao povo um valor miserável mensalmente. Nós queremos é trabalho! Nosso país é maravilhoso, abençoado por Deus, mas infelizmente a política socioeconômica não adianta nada.”

Ana Cristina Baltazar, de Sapucaia (RJ)

HABEAS CORPUS

“Gostaria de sugerir ao senador Demostenes Torres que apresente um projeto de lei para que, no lugar de os juízes concederem *habeas corpus* dando alvará de soltura a um preso antes do julgamento, eles devam estipular uma fiança, de acordo com a condição econômica do preso.”

José Roberto Rodrigues Maia, de Senhor do Bonfim (BA)

ECONOMIA DE ÁGUA

“Cada vez mais se fala

na necessidade de se fazer economia de água para que ela, como recurso esgotável que é, não acabe. Sugiro então que o governo comece dando sua contribuição para a mudança. O primeiro passo seria propor que nós consumidores pagássemos somente pela água que consumimos, acabando com a taxa básica de dez metros cúbicos. Hoje, se consumimos três metros cúbicos/mês, temos que pagar por dez. Então por que economizar? No final, temos que pagar pelos sete metros que não consumimos! Está na hora de rever a Lei federal 6.528/78 e o Decreto federal 82.587.”

Paulo Cezar Souza Dias, de Renascença (PR)

AUMENTO

“Nós, servidores públicos municipais de Catu, estamos desde 1995 sem receber qualquer reajuste salarial. Precisamos do apoio dos senadores e dos deputados da Bahia e do presidente da República.”

Alexnaldo de Santana Santos, de Catu (BA)

PORNOGRAFIA

“Sugiro um projeto de lei que proíba as emissoras de televisão – com canal aberto ou com canal a cabo – de exibirem qualquer tipo de conteúdo pornográfico.”

Allysson Gomes da Silva, de Natal (RN)

SANÇÃO

“Sugiro que o **Jornal do Senado** divulgue a seus leitores quando as leis forem sancionadas pelo presidente da República.”

Marcelo Arthur Possidônio, de Pinheiral (RJ)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

AGENTES DE SAÚDE

Maria Teresa Daunis Cunha, de Sumé (PB)

“Senadora Lúcia Vânia, qual é a sua posição sobre a seleção de que os agentes de saúde poderão participar para regularizar a profissão?”

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) responde:

Prezada Maria Teresa, já foi aprovada a emenda constitucional (PEC 51/06) que permite que os agentes de saúde possam ser selecionados em seus municípios sem a necessidade de concurso público. Trabalhei intensamente para que esse projeto fosse aprovado. Durante cinco anos estivemos lapidando até encontrar um caminho para que a proposta fosse aprovada. Embora houvesse receio de quebrar o dispositivo constitucional que exige concurso para preencher cargos públicos, nós entendíamos que essa proposta se fazia necessária, porque se fôssemos fazer o concurso nós perderíamos a característica mais importante desse trabalho. As pessoas são selecionadas a partir de critérios que um concurso público não avalia: a sua comunicação com a comunidade, o respeito do agente junto à comunidade e a sua vocação para atender pessoas. São requisitos fundamentais para que o programa tenha sucesso. Ao aprovarmos a PEC, o trabalho de centenas de agentes foi finalmente reconhecido. São profissionais que enfrentam estradas esburacadas e muitas vezes têm que fazer o seu trabalho de barco ou a cavalo para chegar aos locais mais longínquos deste país. Graças a eles, temos conseguido diminuir a mortalidade materno-infantil e ajudado na saúde dos idosos. Os agentes têm prestado ao país um serviço fenomenal.



DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

Cristina Brisola, de Londrina (PR)

“Senador Osmar Dias, conhecendo sua forte ligação com o campo e com a produção agrícola em nosso país, gostaria de saber se existe alguma proposta de incluir uma disciplina sobre higiene e reaproveitamento de alimentos no currículo das escolas públicas. Trabalho com um projeto comunitário sobre esse tema e vejo que o desperdício é problema grave, que não raro desemboca em desnutrição e fome. Se não há lei nesse sentido, gostaria de saber se é possível fazê-la e como se daria.”

O senador Osmar Dias (PDT-PR) responde:

Cristina, eu pertencço ao PDT, um partido que coloca a educação como prioridade absoluta, principalmente no que se refere à implantação de uma escola integral. Esse tipo de escola inclui exatamente esse conceito de escola limpa, com higiene absoluta, alimentação adequada aos alunos e a todos que a frequentam. Nossas escolas precisam ser construídas a partir de ações voltadas para garantir um ambiente saudável, em todos os sentidos. Eu não vejo a necessidade da aprovação de uma lei para que seja cumprido o que você expõe, que é dar maior ênfase à higiene e ao reaproveitamento dos alimentos. O importante é introduzirmos o conceito de escola integral, que inclui o atendimento ao aluno como um todo. Nesse sentido, é fundamental formar os professores e todos aqueles que estão envolvidos no processo de educação para que em cada cidade do Paraná possa prosperar esse tipo de comportamento.



Frases

“Bote a faca nos peitos deles que é só isso que essa gente entende. Eles só entendem de pressão e coação”

Pedro Simon, sugerindo que as lideranças municipais dêem o troco nas eleições, se não for aprovado o aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios.

“Talvez seja por inveja, ou por ciúme. Mas são poucos os países que podem comemorar um feito desses”

Ideli Salvatti, sobre as críticas da oposição à campanha publicitária sobre a auto-suficiência do país em petróleo.

“A nação está cansada de tanta mentira. E Lula não percebe que há limite para a leviandade”

Arthur Virgílio, ao afirmar que o governo está usando como estratégia política a auto-suficiência em petróleo, conquistada segundo ele ao longo de 50 anos.

“O Itamar está querendo se divertir com a candidatura para presidente”

Renan Calheiros, sobre o lançamento do nome do ex-presidente Itamar Franco para disputar a indicação do PMDB à Presidência da República.

“O voto secreto constitui um anacronismo e um atentado ao princípio democrático”

Sérgio Cabral, ao apoiar proposta que estabelece o voto aberto para aprovação e exoneração de autoridades, decretação de perda de mandato parlamentar e apreciação de veto presidencial.

“O presidente Lula deve estar assistindo a outro jogo. No Brasil real, a saúde vem perdendo de goleada neste governo”

Antonio Carlos Magalhães, comentando frase do presidente Lula, de que “o serviço de saúde no país é quase perfeito”.

“Ele é trabalhador, honesto e não tem perfil para se vender”

Leonardo Moura, jardineiro, a respeito de Francenildo Costa, em depoimento na Corregedoria do Senado.

“A aliança PSDB-PFL é irreversível”

Tasso Jereissati, desautorizando críticas e declarações sobre a aliança entre as duas legendas para a próxima campanha presidencial.

Foto da Semana

Em uma sala próxima à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, professores e outros membros de entidades ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação assistiram pelo telão às discussões sobre o Fundeb, que deverá substituir o Fundef. Favoráveis ao novo fundo, os trabalhadores realizaram uma manifestação para que o projeto fosse aprovado, mas o tumulto acabou irritando parte dos senadores que analisavam a matéria



CÉLIO AZEVEDO

Homenagem a Vassourinha

O programa *Prosa e Verso*, da Rádio Senado, apresenta, em comemoração dos 180 anos do Senado, algumas das mais interessantes crônicas – com aguda observação e perspicácia política – do escritor Machado de Assis, fundador da Academia Brasileira de Letras, sobre o Senado de sua época e o Senado do Primeiro Império. O *Prosa e Verso* vai ao ar no sábado, às 9h, e no domingo, às 16h.

Já o programa *Música do Brasil* apresenta depoimentos de Antônio Almeida, Joel de Almeida, Adoniran Barbosa e Ciro Monteiro sobre Vassourinha, que recebeu esse apelido porque varria uma rádio. Vassourinha morreu aos 19 anos e deixou apenas 12 importantes interpretações, que serão transmitidas pela Rádio Senado.

O especial *Visões Panorâmicas – A fotografia de Marc Ferrez* é a atração da TV Senado para este fim de semana. Ao percorrer os corredores e ambientes de uma exposição inédita no Instituto Moreira Salles, no Rio de Janeiro, que pela primeira vez abriu ao público um acervo de 450 fotos e todo o material utilizado pelo

mais importante fotógrafo brasileiro do século 19 e início do século 20, o programa apresenta Marc Ferrez, o Rio antigo e a fotografia brasileira naquele período.

Retratos de um Rio de Janeiro de perfeita sintonia

As fotos de Ferrez mostram as transformações vividas pelo Brasil do final do Império ao início da República, e a perfeita integração, no Rio de Janeiro, entre a natureza, a cidade e seus habitantes. O especial mostra como o fotógrafo criou, com aprimoramento e excelência técnica, soluções revolucionárias para questões como a apreensão do tempo e a visão panorâmica. Com depoimentos de especialistas como Pedro Vasquez, Joaquim Marçal, Maria Inês Turazzi, Milton Guran, Sérgio Burgi, e da bisneta, Helena Ferrez, o programa traça um panorama da técnica e estética da fotografia do século 19, quando Ferrez incluiu a fotografia brasileira e a imagem do Brasil no cenário mundial.

O programa será transmitido na sexta, às 22h30, no sábado, às 16h30 e 21h30, e no domingo, às 15h30 e às 22h.



Nas lentes de Ferrez, o Largo do Paço e a rua Primeiro de Março no Rio de Janeiro do século 19

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

Especial conta os 180 anos da história do Senado

Em comemoração dos 180 anos de instalação do Senado brasileiro, que transcorre neste sábado, 6 de maio, o **Jornal do Senado** publica na próxima semana edição especial, de 16 páginas, que conta a trajetória da Casa e a sua importância nesses quase dois séculos. Instituição milenar no mundo, o Senado foi adotado como parte do sistema bicameral instituído no Brasil a partir da primeira Constituição, em 1824.

Desde então, os senadores



foram responsáveis por governar o país, especialmente no Império, onde serviram como regentes entre o Primeiro e o Segundo Reinados, e, na prática, como primeiros-ministros de dom Pedro II. A trajetória de senadores como Duque de Caxias, Rui Barbosa e Luiz Carlos Prestes faz

parte do especial, que acompanha os avanços e retrocessos institucionais do país.

A edição especial será distribuída a todos os assinantes do **Jornal do Senado**.

Programação internacional pode ser vista na TV Senado

Música, cultura e arte de países da América do Sul estarão presentes na TV Senado com a estréia de parte da programação da TV Brasil Internacional, com uma hora no sábado, às 8h30, e outra no domingo, às 11h30.

A programação será exibida em espanhol, como parte da estratégia da TV Brasil de divulgação e intercâmbio dos dois idiomas oficiais da América do Sul, levando programas de língua portuguesa aos países de língua espanhola e vice-versa.

Ao fazer a escolha dos programas, a TV Senado optou por aqueles que, além de mostrar a diversidade cultural do continente, não exijam conhecimento aprofundado do espanhol, uma vez que a compreensão dos conteúdos é fortemente apoiada nas imagens e na música.

A TV Brasil Internacional é

um projeto inédito de prestação de serviços televisivos para o exterior desenvolvido em conjunto pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A TV Senado participa do projeto produzindo conteúdos específicos ou cedendo programas.

A emissora internacional é distribuída por canais a cabo em praticamente todos os países da América do Sul ou captada por satélite por TVs públicas.

Neste sábado, às 11h30, será exibido o *Hecho a mano*, que mostra a riqueza da arte e do artesanato no Peru. No domingo, 7 de maio, às 8h30, serão levados ao ar dois programas: *Sueños e Vocaciones*, sobre histórias da vida de artistas argentinos, e *Mochila al ombro*, produzido por jovens viajantes que relatam suas experiências pela Colômbia.

SENADO

Livro narra trajetória de Humberto Lucena

Na quarta-feira, em solenidade no Salão Negro do Congresso, foi lançado livro que narra a trajetória política de Humberto Lucena (1928-1998), deputado estadual e federal e duas vezes presidente do Senado. Editada pelo Conselho Editorial da Casa, a obra é o sexto volume da série *Grandes Vultos que Honraram o Senado*.

Lucena, que começou sua carreira no extinto PSD, viveu os momentos mais marcantes de sua carreira no MDB e depois no PMDB. O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que Lucena foi um dos destacados defensores das eleições diretas em 1984 e que, na fase da redemocratização, propôs a revogação do decreto-lei que instituiu a censura prévia.

Na solenidade estiveram presentes os senadores Marco Maciel (PFL-PE), Romeu Tuma (PFL-SP), Efraim Morais (PFL-PB), José Maranhão (PMDB-PB), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Pedro Simon (PMDB-RS),



Iraê Lucena, filha do homenageado, discursa em solenidade com a presença de outros membros da família, senadores e deputados

Ney Suassuna (PMDB-PB), Edison Lobão (PFL-MA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Mão Santa (PMDB-PI) e Valdir Rupp (PMDB-RO); os deputados Mauro Benevides (PMDB-CE) e Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB), além do diretor-geral da Casa, Agaciel Maia.

A deputada estadual Iraê Lucena (PMDB-PB) falou em nome da família e se referiu ao pai como

“um grande homem público injustiçado” em razão de ter sido cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1994. Segundo ela, a impressão de calendários na gráfica do Senado era prática desvinculada do processo eleitoral. Em janeiro de 1995, o Congresso anistiou Lucena.

Na solenidade, foi exibido um vídeo sobre Humberto Lucena produzido pela TV Senado.

Interlegis está com novo portal na internet

A página do Portal Interlegis (www.interlegis.gov.br) está com novo visual, contando agora com recursos mais práticos e funcionais para os leitores. Na versão atual, foram alteradas algumas rotinas para os usuários, explica Paulo Fernandes, chefe do serviço de tecnologia e produtos do Interlegis.

– Não haverá mais o espaço para as casas legislativas ou parlamentares como havia no antigo portal. Se as casas desejarem publicar

algum conteúdo, devem requerer a implantação de um portal próprio, baseado no Portal Modelo, criado por nossa equipe – explica.

Os dados institucionais do Senado e da Câmara, como endereço, Mesa diretora e parlamentares, serão atualizados pela equipe do Portal Interlegis. O programa Interlegis continua dando acesso no portal a informações de interesse de qualquer usuário nos assuntos relativos a direitos humanos, segurança e saúde.

Conheça o Senado

Arquivo do Senado guarda raridades como os originais das leis Áurea e do Ventre Livre

Os originais das leis Áurea e do Ventre Livre são alguns dos documentos raríssimos que somente o Senado Federal possui. Com assinatura da princesa Isabel, eles fazem parte do acervo da Secretaria de Arquivo, que reúne alguns dos principais documentos do Legislativo brasileiro.

Toda a documentação original relativa à história e às funções das atividades da Casa é arquivada em ambiente climatizado, obedecendo aos critérios de conservação exigidos para garantir maior vida útil ao material.

Uma das raridades é a ata da instalação do Senado na Sessão Imperial, datada de 6 de maio de 1826. O livro de atas também contém – em manuscrito – todos os detalhes da primeira sessão preparatória de instalação do Senado, ocorrida em 29 de abril do mesmo ano.

Outro acervo importante reúne mais de 34,6 mil fotografias, 15,3 mil negativos e 1,5 mil contatos que apresentam a história do Senado em imagens.

São imensas as prateleiras que guardam todas as proposições

que já tramitaram na Casa. Todos os documentos das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) já instaladas no Senado e as CPIs mistas chamam a atenção pelo volume e, em parte, por seu devido sigilo.

Esse mundo de informações legislativas e administrativas está disponível para consultas internas e externas. Em 2005, a Secretaria de Arquivo registrou 911 pesquisas realizadas em mais de 2,7 mil documentos. Desse total, 65% foram feitas por particulares.



Documentos são tratados em ambiente climatizado, de acordo com critérios de conservação, para assegurar maior vida útil

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
 E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Atenção e carinho salvam prematuros

O bebê prematuro é aquele que nasce antes dos nove meses, ou seja, antes de completar 37 semanas de gestação. Dependendo do tempo em que foi gestado, terá um aspecto físico variável, um maior ou menor risco de sofrer complicações e uma diferente probabilidade de sobreviver.

No mundo nascem anualmente 20 milhões de bebês prematuros e com baixo peso, segundo dados da Organização Mundial da Saúde e do Unicef, organismos das Nações Unidas (ONU).

Os prematuros em geral são

mais frágeis do que os nascidos no tempo certo porque não completaram seu desenvolvimento orgânico, necessitando, muitas vezes, de cuidados especiais como aquecimento (não conseguem manter a temperatura do corpo); alimentação por sonda (não sabem engolir e podem engasgar); auxílio para respirar (seus pulmões são imaturos e precisam de mais oxigênio); e medidas rigorosas de higiene (para prevenir infecções).

Para ter essa assistência, ao nascer os prematuros devem receber atenção de equipe espe-

cializada 24 horas por dia. No entanto, nada substitui o carinho, a atenção e a presença da mãe junto ao bebê. A voz e o calor da pele dela são essenciais para que o prematuro se desenvolva e ela precisa visitá-lo no hospital o mais que puder.

Apesar das limitações, os médicos afirmam que os prematuros demonstram uma incrível vontade de viver e de superar as dificuldades. Com a assistência adequada, a maioria consegue não só sobreviver como atingir o desenvolvimento dos bebês nascidos no tempo certo.

Cuidados em casa garantem saúde

Uma criança prematura requer uma série de cuidados especiais. Veja abaixo dicas para proporcionar ao bebê as melhores condições para desenvolver-se normalmente. Lembrando que o acompanhamento do médico é sempre importante para orientar os pais em cada decisão.

1. Alimentação

O leite materno é o alimento completo e protege o bebê contra infecções, desnutrição, alergias e outras doenças. Além disso, aproxima o prematuro da mãe, o que é indispensável para o seu desenvolvimento físico, emocional e social.

No entanto, o bebê com menos de oito meses de gestação e peso menor que 1,7kg não consegue mamar e pode sufocar, por isso, deve ser alimentado por sonda. À medida que fica mais maduro e ganha peso, ele pode começar a ser alimentado pela boca.

O prematuro é um bebê mais sonolento e precisa ser acordado e estimulado a mamar. Quanto mais tempo ficar acordado, melhor. No início, ele poderá apenas lambe o peito, mas, com essa experiência, ele vai aprendendo a sugar. Se o bebê não tiver conseguido mamar no peito, a mãe deve ordenhar o seu leite e oferecer a ele em um copinho. Não é bom oferecer na mamadeira, pois o bebê depois pode não querer o seio.

Frequência e quantidade

A duração da mamada depende de cada bebê. A frequência varia de 8 a 12 vezes ao dia, e ele pode mamar de 10 a 20 minutos em cada peito. Quando o bebê dorme mais de quatro horas, é necessário acordá-lo para mamar. Os sinais que indicam que o bebê está bem alimentado são:

- ▶ pode-se ouvir o ruído da criança engolindo o leite
- ▶ adormece ou larga o peito

após a mamada

- ▶ urina mais de seis vezes ao dia (amarela bem clara)
- ▶ ganha peso como esperado.

A mãe deve fazer pausas na mamada para que o bebê possa descansar e arrotar. Se o bebê parar de respirar, basta massagear as costas dele. Arrotoando ou não, deve-se deitá-lo do seu lado direito, o que evita a regurgitação.

2. Higiene

Até 1,5kg o bebê deve ser banhado dia sim, dia não. A partir desse peso ele deve tomar banho todos os dias. Lave as mãos e apronte tudo: toalha, sabonete, roupa, fralda e manta. Verifique se a temperatura da água está adequada. Com o bebê ainda vestido, lave suavemente seu rosto com as mãos molhadas, sem usar sabonete. Seque com a toalha. Com um pano úmido, limpe as orelhas. Tampe os ouvidos do bebê e com a outra mão lave, enxágüe e seque sua cabeça. Só então retire a roupa dele para o banho. Você pode aprender a dar o banho com a enfermagem do berçário, antes da alta.

Fale com o bebê durante o banho para ele se sentir mais seguro. Seque as dobrinhas e não use talco. Coloque roupas confortáveis, pois o bebê gosta de se movimentar.

As fraldas devem ser trocadas com frequência e é importante limpar o bumbum com água e sabonete neutro após as evacuações, mantê-lo seco e não deixar a fralda muito apertada.

Use roupas macias, de cores claras, de preferência de algodão, sem muitos elásticos, enfeites, e babados. Recomenda-se lavar as roupas do bebê com sabão de pedra, de preferência neutro. Evitar sabão em pó e amaciante e enxaguar bem. Pode-se colocar uma colher de vinagre para cada litro de água no último enxágüe, para deixar a roupa mais macia e diminuir os resíduos do sabão. É importante

passar as roupas a ferro para eliminar micróbios.

3. Cuidados gerais

Por que o bebê chora?

O choro é uma forma de comunicação. Os bebês têm vários choros para coisas diferentes:

- ▶ fome, frio, calor ou sono;
- ▶ posição incômoda, roupas molhadas ou apertadas;
- ▶ nariz entupido;
- ▶ muito barulho, luz ou movimento; ou
- ▶ dor (cólica, dor de ouvido ou outro problema de saúde).

O que fazer?

- verificar se ele está faminto, molhado ou incomodado;
- verificar se ele está doente (ver item anterior);
- envolvê-lo em uma manta;
- abraçá-lo, mantendo sua pele em contato com a dele;
- caminhar com ele;
- deixar a cabeça dele mais alta que o resto do corpo durante a alimentação e ajudá-lo a arrotar depois;
- banhá-lo.

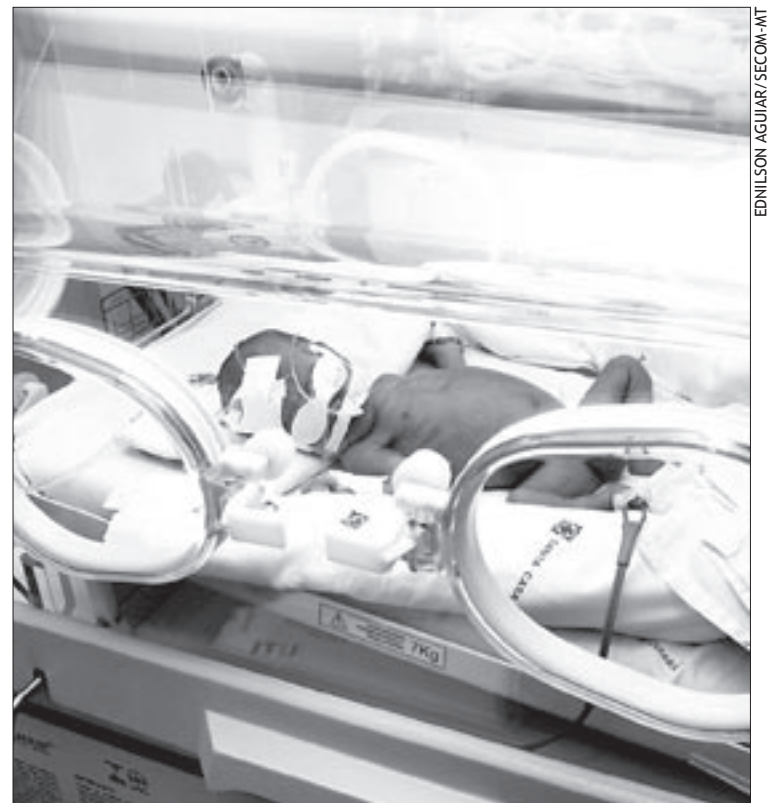
4. Cuidados especiais

Que sinais devo observar?

- ▶ temperatura baixa (menos que 36°C) ou alta (mais que 37,5°C);
- ▶ mudança na respiração;
- ▶ falta de apetite;
- ▶ tremores;
- ▶ choro fraco e gemidos;
- ▶ sonolência;
- ▶ convulsões;
- ▶ vômitos frequentes;
- ▶ barriga aumentada e dura;
- ▶ urina mais escura;
- ▶ pele pálida ou roxa; ou
- ▶ icterícia (pele amarelada).

E as visitas?

- ▶ evitar contato com pessoas resfriadas ou com gripe;
- ▶ limitar o tempo e o número de pessoas ao mesmo tempo;
- ▶ deixar a casa bem arejada, com portas e janelas abertas;
- ▶ pedir que as visitas lavem as mãos antes de pegar o bebê;
- ▶ impedir que se fume em casa.



EDNILSON AGUIAR/SECOM-MT

Organismos internacionais apontam o nascimento anual de 20 milhões de bebês prematuros e com baixo peso no mundo

Informações e projetos de lei

Informações

- ▶ Sociedade Brasileira de Pediatria – www.sbp.com.br (21) 2548-1999
- ▶ Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina – www.unifesp.br (11) 5576-4000
- ▶ Portal Mulher.br www.mulher.org.br/canguru/unicef.htm
- ▶ Grupo de Apoio e Promoção ao Aleitamento Materno www.aleitamento.org.br

Projetos de lei

- ▶ **PLS 504/03** – Proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS), torna obrigatória a triagem auditiva neonatal.
- ▶ **PLS 489/03** – De iniciativa da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), determina o registro do índice Apgar no prontuário

do recém-nascido e no cartão da criança.

- ▶ **PLS 530/99** – Do senador Tião Viana (PT-AC), dispõe sobre a assistência pré-natal às gestantes e a realização obrigatória de exames.
- ▶ **PLC 64/04** – Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame Emissões Evocadas Otoacústicas.
- ▶ **PLC 99/03** – Obriga a realização de exames para identificar hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos.

Todos os projetos sobre o assunto podem ser consultados nas páginas do Senado (www.senado.gov.br) e da Câmara (www.camara.gov.br).

Prematuro deve tomar sol?

O sol é importante para o crescimento e para prevenir ou cicatrizar assaduras. Coloque o bebê ao sol sem roupa, protegendo seu rosto, pela manhã (até às 9h) e à tarde (a partir das 16h), aumentando o tempo até chegar a 15 minutos. Se ele ficar vermelho ou suado, diminua o tempo.

Posso levá-lo para passear?

Evite levá-lo a locais fechados, com muita gente, como igrejas, escolas, supermercados, *shoppings*. Um bom local para passear com o bebê é uma praça que seja aberta e arejada.

O prematuro vai se desenvolver como as outras crianças?

É necessário visitar sempre o médico e o prematuro requer um cuidado maior da mãe e da família. Para estimular seu desenvolvimento, proporcione ao bebê um ambiente colorido e alegre, converse com ele, cantarole. Superadas as dificuldades iniciais, o prematuro tende a desenvolver-se como as outras crianças.

Fontes: Clóvis Roberto Puttini, pediatra intensivista, e equipe TINP/Mater Luz – Brasília (DF).

Por que eles nascem antes do tempo?

- Parto prematuro anterior
- Infecções, em especial nos rins, na gravidez
- Anatomia anormal do útero
- Gravidez antes dos 16 ou após os 34 anos
- Problemas com a placenta (estrutura que liga o útero ao bebê), como o descolamento
- Quantidade anormal de líquido amniótico (o líquido em que o bebê se desenvolve)
- Fibrose uterina
- Pré-eclâmpsia (causada por pressão alta)
- Rompimento prematuro de membranas
- Cirurgia abdominal
- Uso de drogas, cigarro, álcool
- Falta de cuidados preventivos no pré-natal
- Gravidezes múltiplas (gêmeos)



trilb